



Boletim do Centro Regional de Informação das Nações Unidas

Bruxelas, Outubro de 2010, N.º 59

Confiantes em que os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio são realizáveis, Chefes de Estado e de Governo adoptam Documento Final

“Nós, chefes de Estado e de governo, reunidos na Sede das Nações Unidas em Nova Iorque, de 20 a 22 de Setembro de 2010, estamos convencidos de que os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) podem ser alcançados, mesmos nos países pobres, se todos os Estados-membros e todas as partes interessadas, tanto a nível nacional como internacional, se empenharem na sua realização com uma determinação renovada”.

É com estas palavras que começa o Documento Final – *Keeping the Promise: United to Achieve the Millennium Development Goals* – adoptado no final da cimeira e que, segundo o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, mostra claramente que os Estados-membros se mantêm fiéis aos ODM, não obstante um ambiente internacional difícil.



Neste manifesto, constituído por 81 parágrafos, os dirigentes mundiais lamentam que os progressos “não tenham estado à altura das necessidades”, nomeadamente porque “o número de pessoas que vivem na pobreza extrema ou passam fome ultrapassa os mil milhões”, porque “as desigualdades entre países e no interior dos países continuam a ser um problema importante” e porque “as taxas de mortalidade materna e infantil continuam a ser elevadas”. Mas consideram que se realizaram progressos reais nos últimos dez anos, desde a adopção, em 2000, da Declaração do Milénio.

(continua na página 5)

Editorial — Afsané Bassir-Pour, Directora



Algumas notícias. O ano de 2010 está a chegar ao fim e a nossa mente começa a concentrar-se em 2011. Mas, antes de falarmos sobre algumas das ideias que estamos a discutir no UNRIC para o próximo ano, gostaria de chamar a vossa atenção para um evento do Dia das Nações Unidas 2010 realizado com grande êxito na Grand-Place, em Bruxelas, um sítio do património mundial da humanidade. O UNRIC promoveu esforços no sentido de criar uma Aldeia das Nações Unidas, em parceria com o município de Bruxelas e todos os

organismos da ONU, para celebrar o 65.º aniversário da nossa Organização. Tivemos também ajuda divina porque, durante algumas horas, não choveu – o sol brilhou, permitindo que pessoas do mundo inteiro participassem.

Também temos algumas notícias sobre o nosso evento Cine-ONU, uma iniciativa de grande êxito do UNRIC que consiste em apresentar mensalmente um filme, seguido de um debate. Agora, os responsáveis pela comunicação para vários países europeus tomaram a iniciativa de reproduzir o conceito, por exemplo, na Alemanha e na Islândia. Esperamos alargar o Cine-ONU a outros países. Por último, mas não menos importante, gostaria de chamar a vossa atenção para o sítio Web do UNRIC, que foi remodelado. Como sabem, o nosso sítio Web “A ONU na sua língua” está disponível em treze línguas europeias em www.unric.org, e consideramos muito bem-vindas todas as sugestões e comentários.

Passemos agora a 2011. Depois do êxito e da participação entusiástica dos cidadãos europeus na nossa campanha europeia em prol dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio denominada “Dá Largas à tua Criatividade contra a Pobreza”, decidimos manter o conceito com uma nova campanha que incide na violência contra as mulheres, uma questão que é uma das grandes prioridades dos governos europeus e, aliás, da maioria dos governos e activistas não governamentais. Estamos na fase de tentar gerar ideias para esta nova edição da campanha e agradecemos todos os vossos contributos e sugestões. Uma das razões que nos levou a escolher este tema foi o desejo de levar os cidadãos europeus a chamarem também a atenção para uma nova entidade das Nações Unidas denominada ONU-Mulheres, chefiada por Michelle Bachelet.

Mais uma vez obrigada pelo vosso apoio constante.

Afsané Bassir-Pour

No seu 65.º Aniversário, ONU pede mais esforços a favor da paz e do desenvolvimento

Por ocasião do 65.º aniversário das Nações Unidas, celebrado a 24 de Outubro, o Secretário-Geral Ban Ki-moon pediu que se redobrassem os esforços a favor da paz e do desenvolvimento.

“No Dia das Nações Unidas, quero expressar o meu agradecimento aos milhões de pessoas que, em todo o mundo, acreditam profundamente no nosso trabalho pela paz, o desenvolvimento e os direitos humanos e que apoiam os nossos ideais e nos ajudam a atingir os nossos objectivos”, declarou.

Segundo Ban Ki-moon, “o Dia das Nações Unidas é, acima de tudo,

um dia que nos incita a redobrar os esforços para proteger as populações envolvidas em conflitos armados, para lutar contra as alterações climáticas e para evitar uma catástrofe nuclear; a redobrar os esforços para assegurar mais oportunidades às mulheres e às raparigas, para combater a injustiça e a impunidade e para realizar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio”.

Portugal eleito membro não permanente do Conselho de Segurança

A 12 de Outubro, Portugal foi eleito membro não permanente do Conselho de Segurança, por um mandato de dois anos, com início a 1 de Janeiro de 2011. Na mesma data, foram também eleitos os seguintes países: África do Sul, Índia, Alemanha e Colômbia.

A Colômbia, a Índia e a África do Sul eram o único candidato do respectivo grupo geográfico, tendo obtido, respectivamente

186, 187 e 182 votos, na primeira volta.

Os dois lugares disponíveis para a Europa Ocidental e Outros Países foram disputados pela Alemanha, Portugal e Canadá, tendo sido eleitos a Alemanha, na primeira volta, com 128 votos, e Portugal, na terceira volta, com 150 votos.

Ban Ki-moon exorta a Europa a não transformar os imigrantes em bodes expiatórios

Num discurso proferido perante o Parlamento Europeu, em Estrasburgo, França, o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, exortou a Europa a não fazer dos imigrantes muçulmanos bodes expiatórios, neste período de tensões económicas e sociais.

“Os imigrantes sofrem, hoje em dia, de uma forma desproporcionada, tanto na Europa como noutras partes do mundo. Sofrem de desemprego, de discriminação e de falta de oportunidades na escola e no mundo do trabalho. Mas está a surgir uma tendência ainda mais perigosa. Uma nova política de polarização. Alguns jogam com os medos das pessoas”, afirmou o Secretário-Geral, nesse discurso perante os parlamentares europeus.

“Acusam os imigrantes de violarem os valores europeus. Mas, com demasiada frequência, são esses acusadores que corrompem esses valores e, desse modo, o próprio conceito de cidadão da União Europeia”, acrescentou.

“Os capítulos mais sombrios da Europa foram escritos nesse tipo de linguagem. Actualmente, os principais alvos são os imigrantes de fé muçulmana. A Europa não pode permitir-se os clichés que fecham as mentes e alimentam o ódio. E o mundo não se pode permitir uma Europa que aja assim”, afirmou Ban Ki-moon. “A nossa ambição é, portanto, um continente unido e não dividido por diferenças étnicas ou religiosas. Uma União na qual todas as crianças, independentemente da origem dos seus pais, tenham as mesmas hipóteses de êxito. Uma União forte, unida e dinâmica para o século XXI”.

[Para mais informações](#)

ONU e Europa são aliados naturais na luta contra a pobreza e as alterações climáticas, diz Ban Ki-moon



As Nações Unidas e a União Europeia são aliados naturais na resolução das múltiplas crises que o mundo enfrenta, disse o Secretário-Geral Ban Ki-moon ao Parlamento Europeu.

Referindo-se aos “três grandes objectivos” da acção conjunta, Ban Ki-moon observou que têm sido efectuados progressos significativos na luta contra a pobreza extrema e a fome, mas que os resultados têm sido desiguais, e, entretanto, as conversações mundiais sobre comércio estagnaram, uma situação que permite que se mantenham subvenções prejudiciais e um regime injusto, que nega aos países em desenvolvimento novas oportunidades, enquanto o aumento dos preços está a pôr medicamentos essenciais fora do alcance de muitas das pessoas mais necessitadas.

“Peço a todos que apoiem as Nações Unidas nas áreas em que é especialmente necessário e mais urgente agir”, afirmou. “Temos de nos concentrar no crescimento orientado para o emprego – para o trabalho digno. O investimento em energias limpas e renováveis é

essencial para fazer arrancar a criação de emprego e a inovação”.

Relativamente às alterações climáticas, observou que os cientistas advertem que os recentes fenómenos meteorológicos extremos em muitos países, tais como os incêndios devastadores na Rússia e as cheias épicas no Paquistão, poderão ser simplesmente o primeiro acto do nosso futuro.

O Secretário-Geral apelou a todas as partes, para que demonstrem flexibilidade e pediu aos países industrializados para contribuírem com a sua quota-parte dos 30 mil milhões de dólares de financiamentos acelerados prometidos para o período de 2010-2012 na conferência sobre o clima de Copenhaga, para ajudar os países em desenvolvimento a adaptarem-se às alterações climáticas. “A Europa tem sido o motor tradicional do crescimento e da mudança”, lembrou.

Quanto ao terceiro objectivo, um mundo livre de armas nucleares, Ban Ki-moon referiu o novo impulso dado em relação ao cumprimento dos compromissos em matéria de desarmamento. “Estes progressos apenas prosseguirão se, e apenas se, as vozes dos cidadãos forem tidas plenamente em conta nas questões nacionais e regionais – e se os quinhentos milhões de vozes da União Europeia se erguerem em sintonia quanto a esta questão – em conjunto com as vozes de outras regiões”, acrescentou.

Promoção do papel das mulheres na paz e segurança deve ser parte integrante dos esforços de estabelecimento, manutenção e consolidação da paz

“Quer discutamos o desenvolvimento sustentável, quer a saúde pública ou a paz, as mulheres estão no centro das questões”, disse aos participantes no Dia Mundial de Portas Abertas sobre Paz e Segurança, celebrado, a 21 de Outubro, na Sede da ONU em Nova Iorque. O evento apresentou as recomendações formuladas

mulheres era fundamental para a prevenção e resolução de conflitos bem como para a manutenção da paz. Depois, em 2000, o Conselho de Segurança adoptou a resolução 1325, que estabeleceu a ligação entre mulheres, paz e segurança e criou um quadro para orientar as acções e políticas da ONU nesse domínio.



“Mas, hoje, temos de reconhecer que não conseguimos desenvolver suficientemente estes fundamentos conceptuais”, afirmou. “As mulheres continuam a enfrentar obstáculos à sua participação, em todas as fases dos processos de paz. A violência sexual continua a ser uma tática de guerra demasiado utilizada, com frequência muito depois de as armas se terem calado”.

Reiterando o seu compromisso de assegurar que o sistema da ONU responda melhor às necessidades das mulheres, declarou: “A promoção da causa das mulheres, a paz e a segurança deve ser parte integrante dos nossos esforços de estabelecimento, manutenção e consolidação da paz”.

em Dias de Portas Abertas organizados em 27 países em conflito ou numa situação pós-conflito, durante os quais houve um diálogo directo entre activistas a favor da paz, líderes comunitárias e dirigentes da ONU nesses países.

Segundo Ban Ki-moon, tais recomendações mostram que “há um longo caminho a percorrer”.

O Secretário-Geral referiu dois momentos cruciais na promoção dos direitos das mulheres. Primeiro, a Plataforma de Acção de Beijing, adoptada em 1995, reconheceu que a plena participação das

MENSAGENS DO SECRETÁRIO-GERAL

Dia Internacional das Pessoas Idosas
1 de Outubro

Dia Internacional da Não-violência
2 de Outubro

Dia Mundial do Habitat
4 de Outubro

Dia Mundial da Saúde Mental
10 de Outubro

Dia Internacional para a Redução das Catástrofes Naturais
13 de Outubro

Dia Internacional das Mulheres Rurais
15 de Outubro

Dia Mundial da Alimentação
16 de Outubro

Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza
17 de Outubro

Dia Mundial da Estatística
20 de Outubro

Dia das Nações Unidas
24 de Outubro

O desenvolvimento, o ambiente e a reforma da ONU serão os temas principais da 65ª. Sessão da Assembleia Geral

O Presidente da Assembleia Geral, Joseph Deiss, anunciou quais iriam ser as prioridades daquele órgão durante a sua 65ª sessão, identificando a consecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), a reforma das Nações Unidas e a promoção do desenvolvimento ecologicamente sustentável como os três grandes temas em que a Assembleia se irá concentrar.

Na sua declaração de abertura da sessão, a 14 de Setembro, Joseph Deiss salientou que os ODM são alcançáveis, apesar da recente crise económica mundial. "É necessário, em particular, recuperar os atrasos na luta contra a fome, a mortalidade infantil e a saúde materna".

Joseph Deiss apelou a esforços destinados a colocar novamente a ONU e a sua Assembleia Geral no cerne da governação mundial.

"Os desafios que enfrentamos hoje adquiriram uma dimensão mundial e exigem soluções mundiais. É necessário que as nossas acções gozem de uma ampla legitimidade e sejam resultado de processos inclusivos. Temos de melhorar os mecanismos de informação, consulta e cooperação entre as Nações

Unidas e outros actores e ferramentas da governação mundial", disse o Presidente da Assembleia Geral.



Joseph Deiss disse que os membros da Assembleia têm de assegurar que sejam empreendidas acções decisivas tendo em vista a reforma interna das Nações Unidas.

"A reforma do Conselho de Segurança continua a ser importante. Estamos todos cientes da necessidade dessa reforma. Gostaria que conseguíssemos realizar progressos nesta área, mas compete-vos a vós, os Estados-Membros, tomar decisões que mereçam

um amplo apoio e permitam uma convergência de opiniões".

Outras questões institucionais a examinar durante esta sessão serão o trabalho do Conselho de Direitos Humanos e da Comissão de Consolidação da Paz, disse Joseph Deiss.

"O mundo deve unir forças, num período em que é posto à prova, afirma Ban Ki-moon na abertura do debate geral

Por ocasião do debate geral da 65ª. Sessão da Assembleia Geral da ONU, o Secretário-Geral Ban Ki-moon afirmou que os "grandes objectivos" do mundo são alcançáveis, mas só se realizarão se a comunidade internacional se unir através das Nações Unidas para garantir um futuro melhor para todos.

Sublinhando a necessidade de uma posição baseada em princípios e pragmática "contra as forças que nos dividiriam", Ban Ki-moon disse que chegara o momento de traduzir as promessas em realidades, no que se refere a questões que vão desde a erradicação da pobreza e o combate às alterações climáticas até à eliminação das armas nucleares e a promoção do empoderamento das mulheres.

"É tempo de nos unirmos, de consolidar os avanços, de meter ombros à tarefa e produzir resultados. Resultados concretos para as pessoas mais necessitadas, como só a ONU pode fazer".

Descreveu esta era, ameaçada pelas recentes crises financeira e alimentar e pela crescente polarização política, como "tempos difíceis" em que o mundo tem de mostrar se está à altura dos seus ideais.

Ban Ki-moon saudou os resultados da cimeira da ONU sobre os progressos em direcção à realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). Destacou os avanços consideráveis que foram conseguidos, considerando, porém, que eram necessários muitos esforços para alcançar as metas até 2015. Lembrou o lançamento da Estratégia Mundial para a Saúde Materna e Infantil, à qual a comunidade internacional prometeu conceder 40 mil milhões de dólares. E lembrou também a criação da ONU Mulheres, tendo em vista reduzir as desigualdades de género e de reforçar o empoderamento das mulheres.

Lembrou aos Estados-membros as operações humanitárias de grande envergadura que a ONU organizou, no seguimento das catástrofes naturais

no Haiti e no Paquistão, mas também em situações de conflito como na Somália, no Sudão, no Níger ou em Gaza. Ban Ki-moon sublinhou também o trabalho diplomático efectuado a favor da paz no Médio Oriente, no seio do Quarteto, e os inúmeros esforços desenvolvidos em diversos países para realizar eleições livres nomeadamente na Guiné, no Iraque ou no Afeganistão.

"Lembremo-nos de que, neste período difícil, estamos a ser postos à prova. Lembremo-nos de que perdemos inúmeras vidas ao serviço dos nossos ideais, lembremo-nos de que o mundo espera das Nações Unidas liderança moral e política", declarou, antes de acrescentar: "Os grandes objectivos estão ao nosso alcance. Podemos atingi-los olhando para o futuro, congregando os nossos esforços, unindo as nossas forças, como comunidade de nações, em nome do bem geral".

Também na abertura do debate geral, o Presidente da Assembleia Geral, Joseph Deiss, exortou os Estados-membros a construir "uma ONU forte, inclusiva e aberta, como garante da boa governação mundial".

"Para sermos bem sucedidos, precisamos de uma verdadeira parceria mundial, fruto de uma boa governação mundial inclusiva, em que todas as partes interessadas possam fazer-se ouvir", afirmou Joseph Deiss perante os Estados-membros da Assembleia Geral.

"A ONU tem uma legitimidade única para desempenhar um papel crucial. Com os seus 192 Estados-membros, a nossa Assembleia Geral atingiu a quase universalidade e reflecte a diversidade das situações e dos interesses em jogo. Existe para promover os direitos de todas as mulheres e de todos os homens do nosso planeta. Todos os assuntos abrangidos pela Carta podem ser debatidos pela Assembleia Geral", sublinhou.

Pobreza, conflitos, aquecimento global, crise económica e financeira, migrações, pandemias, terrorismo, criminalidade mundial constituem outros tantos problemas que "não podem ser geridos de uma forma individual e que a humanidade só pode enfrentar mediante estratégias mundiais e comuns".

Foi por isso que o Presidente da Assembleia apontou como tema dos debates: "Reafirmar o papel central das Nações Unidas na boa governação mundial". Segundo Joseph Deiss, "a ONU, como entidade operacional, possui os conhecimentos especializados e tem a presença no terreno necessária para desempenhar esse papel central. "Penso, nomeadamente, nas missões de manutenção de paz, nas operações humanitárias e no socorro em caso de catástrofes naturais, mas também em todas as acções levadas a cabo discretamente, longe dos projectores", acrescentou.

O Presidente alertou para o "perigo de a ONU ser marginalizada perante o aparecimento de outros actores na cena internacional. A ONU é criticada: não é suficientemente eficaz, nem suficientemente eficiente. Parece mais fácil e mais rápido decidir uma acção urgente num quadro mais restrito".

(continua na página seguinte)

“O mundo deve unir forças, num período em que é posto à prova, afirma Ban Ki-moon na abertura do debate geral

(continuação)

“Que fique claro que não se trata de negar o papel que podem desempenhar entidades como o G20. A crise económica e financeira mostrou a importância de uma resposta coordenada e rápida. Mas é indispensável, e urgente, criar pontes entre os esforços realizados pelos diversos actores. É preciso melhorar os mecanismos de informação, de consulta e de cooperação entre estas entidades e os países que fazem parte delas. Isso, só a ONU e a sua Assembleia Geral podem fazer”, defendeu.

“Inúmeros problemas aguardam acções urgentes. Inúmeras guerras, catástrofes ou dramas duram há demasiado tempo para que possamos permitir-nos tergiversar. O mundo espera de nós mais eficácia, a fim de formar uma unidade em redor de acções que todos subscrevem e nas quais todos se empenham. É preciso encontrar uma articulação ideal entre legitimidade e eficácia”, afirmou, a concluir.

Na sua intervenção, a 25 de Setembro, o Primeiro-Ministro de Portugal, José Sócrates, afirmou: “O comportamento de Portugal nas Nações Unidas é determinado pela capacidade que temos em dialogar com todos os Estados Membros, em estabelecer pontes, em contribuir para consensos. Procuramos sempre defender os valores em que acreditamos através do diálogo e não através da imposição.” “É esta

visão universalista, de diálogo e abertura ao mundo, que marca a participação de Portugal nos órgãos das Nações Unidas e inspira a nossa actual candidatura a membro não permanente do Conselho de Segurança”, acrescentou.

“Estamos nas Nações Unidas porque acreditamos nos seus valores e objectivos. Na sua universalidade. Na convicção de que o respeito mútuo deve ser a pedra basilar da acção dos Estados. E porque achamos que o reforço das Nações Unidas, do seu espírito, da sua natureza e da sua acção, continua a ser um dos objectivos mais nobres e generosos de todos aqueles que não desistem de, todos os dias, contribuir para a construção de um mundo melhor”, disse, a concluir.

No discurso de encerramento do debate geral, o Presidente da Assembleia Geral, Joseph Deiss, disse estar impressionado com a convergência das preocupações expressas. Apelou a que se relegassem os interesses nacionais a um segundo plano, para procurar soluções consensuais que permitam avançar. Evocando a “mensagem forte” da Cimeira sobre os ODM e a sua reafirmação da determinação de cumprir a promessa feita em 2000, o Presidente disse que o que importa agora é que as palavras sejam seguidas de acções.

Sobre o tema do debate, a governação mundial, sublinhou que, embora o “G-20 seja uma realidade incontornável”, é importante conjugar legitimidade e eficácia. É preciso melhorar os mecanismos de informação, de consulta e de cooperação entre a ONU e os outros actores da governação mundial. O Presidente disse ser sua intenção estabelecer um diálogo informal antes e depois das reuniões do G-20 com o Secretário-Geral e o país anfitrião do G20.

“É, em última análise, a vós, Estados-membros que compete fazer da ONU um instrumento forte que possa desempenhar um papel central no que se refere a enfrentar os desafios mundiais e trabalhar pelo bem comum”, lembrou o Presidente da Assembleia Geral.

Para conseguir grandes avanços no domínio dos grandes projectos ligados à governação mundial, à protecção dos direitos humanos e à preservação do planeta, “precisamos de muita criatividade, de muita generosidade. “Não temamos a nossa própria coragem”.

Assembleia Geral debate Nova Parceria para o Desenvolvimento de África

A Assembleia Geral da ONU debateu, a 14 de Outubro, a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), após a publicação do oitavo relatório do Secretário-Geral da Organização, Ban Ki-moon, sobre os progressos no domínio da sua concretização e o apoio internacional prestado a este programa adoptado pela União Africana, em 2001, para mudar África nos planos económico, social e político.

No seu discurso de abertura, o Presidente da Assembleia Geral, Joseph Deiss, considerou que era “crucial” que o debate sobre a NEPAD se inserisse no seguimento da Cimeira sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), realizada em Setembro na Sede da ONU, “a fim de manter o dinamismo político gerado na Cimeira”.

Retomando as conclusões do último relatório do Secretário-Geral da ONU sobre a NEPAD, Joseph Deiss congratulou-se com “os progressos alcançados de um modo geral” na implementação da parceria. Saudou também a futura criação de um novo organismo de planeamento e de coordenação que “permite augurar uma eficácia acrescida”.

Tal como Ban Ki-moon, sublinhou a “necessidade de dedicar mais recursos financeiros e técnicos a

certos sectores prioritários” da economia dos países africanos, nomeadamente o sector da agricultura. Insistiu também na necessidade de “fazer mais pelo empoderamento das mulheres e a criação de um clima mais favorável à actividade empresarial e ao desenvolvimento do sector privado”.



Evocando a questão das doenças que minam o desenvolvimento de África, o Presidente da Assembleia Geral salientou os efeitos da implementação do Plano Mundial de Luta contra a Malária. “A questão é crucial, pois a malária faz, todos os anos, quase um milhão de vítimas, principalmente em África, e isso é inaceitável”, sublinhou. Neste contexto, pediu aos Estados-membros que apoiassem os esforços desenvolvidos no âmbito da parceria “Fazer Recuar a Malária”, e os do

Fundo Mundial de Luta contra a SIDA, a Tuberculose e a Malária.

O Presidente da Assembleia Geral considerou ainda que o reforço do acompanhamento da implementação da NEPAD era “essencial” e apoiou “a proposta de um mecanismo de acompanhamento dos compromissos a favor do desenvolvimento de África” contida nos relatórios do Secretário-Geral. Esse acompanhamento permitirá “garantir que a responsabilização mútua não seja uma palavra destituída de sentido e que os compromissos assumidos tenham consequências para as populações desfavorecidas”. “O mecanismo proposto apoia-se em mecanismos existentes e o seu valor acrescentado reside no facto de tirar partido da legitimidade e da autoridade da Assembleia Geral”.

Para terminar a sua intervenção, Joseph Deiss abordou a questão das recomendações feitas por Ban Ki-moon sobre “as causas dos conflitos e a promoção da paz e do desenvolvimento sustentável em África”. Lembrou, nomeadamente, que “certas áreas exigem mais atenção” por parte da comunidade internacional.

Confiantes em que os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio são realizáveis, Chefes de Estado e de Governo adoptam Documento Final (continuação)

“Sabemos que se realizaram progressos, incluindo no domínio da eliminação da pobreza extrema, não obstante os reveses sofridos, nomeadamente os causados pelas crises financeira e económica”, escrevem, antes de saudar “os progressos exemplares alcançados por países de todas as regiões do mundo, graças à cooperação, a parcerias, à acção e à solidariedade”.

Os Estados-membros comprometem-se a “promover e reforçar, juntos, a parceria mundial para o desenvolvimento”, que classificam como “pilar central da cooperação internacional”.

Lembram também que “a boa governação e o Estado de direito são indispensáveis para alcançar o crescimento económico, equitativo e partilhado, o desenvolvimento sustentável e a eliminação da pobreza”. O mesmo se pode dizer da igualdade de género, do empoderamento das mulheres, do acesso à educação e da eliminação da pobreza”, elementos “absolutamente necessários para o desenvolvimento económico e social e os ODM”.

Para que os ODM sejam alcançados, os Estados-membros consideram ainda que devem ser “eficazes na fase da execução” e que devem “intensificar a sua acção colectiva, recorrendo a estratégias de desenvolvimento nacionais, a políticas judiciosas e a métodos que já demonstraram ser eficazes”.

Pedem à sociedade civil que se associe a eles, nomeadamente às organizações não governamentais, às associações e às fundações, bem como ao sector privado.

Falando em nome de Portugal, na sessão de 22 de Setembro, o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, João Gomes Cravinho sublinhou que era essencial reforçar a cooperação internacional, a fim de permitir a realização dos ODM nos países em desenvolvimento e nos países menos avançados. Disse que muitos países, incluindo em África, haviam conseguido avanços em direcção à consecução dos ODM, mas todos se viam agora perante o duplo desafio de adoptar medidas que produzam resultados num futuro próximo e de enfrentar os novos desafios mais além de 2015.

Afirmando que o mundo mudara extraordinariamente desde a Declaração do Milénio, Luís Amado apontou

alguns dos novos problemas, nomeadamente as alterações climáticas, a crise financeira e as tensões geopolíticas. Reforçar a resiliência às alterações climáticas é vital, disse, acrescentando que Portugal estava envolvido nos esforços mundiais no domínio das energias renováveis. Reconhecendo que a mobilização de recursos financeiros também é essencial, disse que Portugal apoiava a procura de fontes inovadoras de financiamento. Por último, no que se refere ao papel das economias emergentes na realização dos ODM, manifestou o empenhamento do seu país em cooperar com os países em desenvolvimento e manter com estes um diálogo construtivo.

Na abertura da Cimeira, o Presidente da 65.ª Sessão da Assembleia Geral, Joseph Deiss, iniciou a sua intervenção citando uma frase extraída da Constituição do seu país, a Suíça: “a força de uma comunidade mede-se pelo bem-estar do mais fraco dos seus membros”. Esse preceito resume o princípio segundo o qual a solidariedade é o fundamento de qualquer comunidade e reconhece que temos o dever moral de nos preocuparmos com o bem-estar dos outros, sublinhou. “Isto resume bem o que a comunidade internacional se comprometeu a fazer ao adoptar os ODM”, considerou.

“Sabemos o que temos de fazer e dispomos dos recursos necessários para o conseguir”, afirmou, insistindo em que era necessário o compromisso de doadores e beneficiários e que deveria haver uma verdadeira parceria.

Numa altura em que dezenas de chefes de Estado e de Governo participam na abertura de uma cimeira de três dias sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), o Secretário-Geral exortou-os a disponibilizarem o investimento e ajuda necessários bem como a demonstrarem vontade política para acabar com a pobreza extrema.

“Não há um projecto mundial que valha mais a pena”, disse Ban Ki-moon. “Envieiros uma mensagem forte de esperança. Cumpramos a nossa promessa”.

A reunião de alto nível da Assembleia Geral destina-se a fazer o levantamento dos progressos alcançados no domínio da realização dos ODM e a definir o que é preciso fazer para os alcançar até 2015.

Desde que os ODM foram concebidos, em 2000, obtiveram-se “resultados concretos”, nomeadamente um aumento espectacular das taxas de escolarização, um maior acesso à água limpa e um maior controlo das doenças, disse.

“Temos mais casos bem sucedidos do que nunca. O impacto transformador dos ODM é inegável. Trata-se de uma realização de que nos podemos orgulhar. Mas temos de preservar esses avanços, muitos dos quais são ainda frágeis. E o tempo escasseia, havendo ainda muito a fazer”.

Ban Ki-moon pediu insistentemente aos dirigentes mundiais que, para garantir que os objectivos sejam alcançados a tempo, fossem “fiéis”. “Fiéis à nossa identidade como comunidade internacional assente numa base de solidariedade. Fiéis ao vosso compromisso de pôr termo às condições desumanizadoras da pobreza extrema”.

Apelou também aos países ricos, para que não esquecessem os seus compromissos em matéria de ajuda pública ao desenvolvimento destinada aos países mais pobres.

Também sublinhou que “ser fiéis significa combater a desigualdade, tanto no seio de cada país como entre países. Mesmo nos países onde se registaram avanços impressionantes, a desigualdade destrói gradualmente a coesão social”. “E significa repensar as ideias geralmente aceites. A recuperação da crise económica não deveria significar um regresso à via imperfeita e injusta que nos conduziu a esta situação difícil”.

O Secretário-Geral afirmou que um dos factores de êxito era “fazer investimentos inteligentes em infra-estruturas, pequenos agricultores, serviços sociais... e acima de tudo nas mulheres e nas raparigas”.

Alta-Comissária para os Direitos Humanos saúda Documento Final da Cimeira e aponta algumas lacunas

A Alta-Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos descreveu o Documento Final da Cimeira sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) como um “avanço muito significativo”, mas aponta várias lacunas em alguns aspectos do plano de acção mundial para erradicar a pobreza e pôr termo à desigualdade socioeconómica.

Navi Pillay afirmou que a forte ênfase nos direitos humanos “pode ajudar a colmatar lacunas

críticas” nas estratégias de desenvolvimento com vista à consecução dos ODM.

“Uma perspectiva de direitos humanos proporciona uma orientação decisiva para ver o que não foi incluído e para compreender e abordar as razões que determinaram essa situação”, declarou, no final da Cimeira.

Navi Pillay frisou que as lacunas podem ser colmatadas pelos compromissos assumidos no

quadro dos tratados de direitos humanos, como o próprio plano de acção estipula. Ofereceu o apoio do Alto Comissariado aos Estados que pretenderem integrar os direitos humanos nas suas políticas de desenvolvimento e de ajuda.

“Já fizemos promessas mais do que suficientes aos pobres e marginalizados”, disse. “O desafio é agora a implementação”.

[Para mais informações](#)

Conselho de Segurança destaca necessidade de acção colectiva para combater o terrorismo

No final de uma sessão sobre a luta contra o terrorismo, o Conselho de Segurança lembrou a necessidade de agir colectivamente contra esse flagelo. Pelo seu lado, o Secretário-Geral Ban Ki-moon apelou à aplicação das leis contra o terrorismo, nomeadamente as medidas que visam privar os terroristas dos seus recursos financeiros e da sua mobilidade, a fim de evitar que comprem armas de destruição maciça.

“O terrorismo representa uma grave ameaça à paz e à segurança internacionais”, declarou o Secretário-Geral, antes de apresentar aos Estados-membros cinco aspectos da elaboração de uma abordagem eficaz da luta contra o terrorismo.

“Em primeiro lugar, temos de prosseguir os nossos esforços no sector da segurança e da aplicação da lei. Isso inclui medidas que visam privar os terroristas dos seus recursos e da sua mobilidade e evitar que comprem e utilizem armas de destruição maciça”, propôs.

Em segundo lugar, o Secretário-Geral sublinhou a necessidade de reforçar “a educação, o desenvolvimento, o diálogo intercultural e a prevenção dos conflitos” para limitar as condições de propagação do terrorismo. Em terceiro, “temos de esforçar-nos mais por compreender as razões pelas quais essas pessoas utilizam a violência, a fim de melhor prevenir que outras o façam”. Em quarto, “temos de continuar a reforçar o regime legal”, isto é, a consolidar os instrumentos internacionais de luta contra o terrorismo. Por último, deveriam ser criados “pontos focais nacionais e regionais” para melhorar a “partilha de informações” entre os países.

No final do debate, o Presidente do Conselho de Segurança no mês de Setembro, o Representante da Turquia, Ertugrul Apakan, declarou que “o Conselho condenava o terrorismo sob todas as suas formas e manifestações, independentemente dos motivos, a época e o autor, e reafirmava igualmente que o terrorismo não poderia ser associado a qualquer religião ou nacionalidade nem a qualquer grupo étnico”.



O Conselho de Segurança “reconhece que há lacunas a preencher na luta mundial contra o terrorismo, exorta todos os Estados-membros e o sistema das Nações Unidas a preenchê-las e sublinha a necessidade de velar por que a luta contra o terrorismo continue a ser uma prioridade à escala internacional”.

O Conselho apela, uma vez mais, “a todos os Estados-membros, para que adiram urgentemente às convenções e protocolos internacionais relativos à luta antiterrorista, quer sejam partes quer não, numa convenção regional sobre a matéria, e para que cumpram integralmente as obrigações que sobre

eles recaem em virtude dos instrumentos nos quais são partes e congratula-se com a assistência técnica prestada pelo Serviço de Prevenção do Terrorismo do Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime”.

Na sua Declaração, o Conselho de Segurança reconhece que a força militar, as medidas coercivas e as actividades de informação “não bastam para acabar com o terrorismo” e salienta a “necessidade de agir em relação às condições favoráveis à propagação do terrorismo”.

Os Estados-membros devem “reforçar a sua cooperação e a sua solidariedade, através de dispositivos e acordos bilaterais e multilaterais que visem prevenir e reprimir os atentados terroristas”, sublinha a declaração.

O Presidente do Conselho apelou aos Estados-membros, para que se dotassem de um sistema penal eficaz e assente na legalidade, e organizassem a cooperação judicial em matéria de extradição e de assistência judicial recíproca. “O Conselho exorta os Estados-membros a fazerem todos os possíveis por levar a bom termo as negociações sobre o projecto de convenção geral sobre o terrorismo internacional”, disse Ertugrul Apakan.

Conselho de Segurança organiza primeira avaliação estratégica em quase vinte anos



Presidentes, primeiros-ministros e ministros dos negócios estrangeiros juntaram-se, a 23 de Setembro, no Conselho de Segurança, para participar na primeira reunião, em quase duas décadas, dedicada aos instrumentos de que este órgão dispõe para desempenhar o seu papel crescente.

Presidida por Abdullah Gül, Presidente da Turquia, país que detém a presidência do Conselho este mês, a sessão foi convocada para “se proceder a uma análise estratégica, ao mais alto nível, do panorama da segurança internacional, em transformação, e do papel crescente do Conselho na manutenção da paz e segurança internacionais”.

Perante os membros do Conselho de Segurança, o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, apelou ao reforço dos instrumentos de estabelecimento e de consolidação da paz.

“Muitas vezes, quando a violência deflagra, o mundo vira-se para as Nações Unidas. Estamos no centro da gestão das crises nos pontos quentes do globo”, declarou Ban Ki-moon. “Revigorámos a diplomacia preventiva, modernizando as capacidades

de mediação da ONU. Tornámo-nos mais flexíveis na resposta aos problemas, da Guiné ao Quirguistão”.

O Secretário-Geral manifestou-se a favor de uma evolução das missões de manutenção da paz. “Não há uma solução rápida para sociedades destroçadas. São necessários paciência, recursos e um compromisso a longo prazo”, sublinhou, precisando que o papel da ONU era resolver os conflitos e não apenas servir de “penso rápido” quando surgem tumultos e conflitos.

“Temos de desenvolver mais a arquitectura da consolidação da paz e autonomizar a Comissão e o Fundo de Consolidação da Paz e promover uma maior coerência entre os outros organismos do sistema das Nações Unidas”, acrescentou.

Ban Ki-moon apelou a uma expansão do trabalho de prevenção, em particular para melhorar a capacidade da ONU “de ler sinais de alerta e desencadear uma acção rapidamente”. “Em todas estas frentes, a vossa liderança será crucial. A vossa unidade é essencial”, concluiu.

No final do debate, o Conselho de Segurança reafirmou, numa declaração da sua presidência, a “sua firme vontade de contribuir para o reforço da eficácia da ONU, ao longo de todo o ciclo de conflitos”. O Conselho sublinhou igualmente a necessidade de fazer face às “causas profundas dos conflitos, consciente de que o desenvolvimento, a paz e a segurança e os direitos humanos estão estreitamente ligados e se reforçam mutuamente”.

Os Estados-membros consideram que “é importante utilizar os instrumentos da diplomacia preventiva,

do restabelecimento da paz, da manutenção da paz e da consolidação da paz, de uma forma global e coerente, para criar condições para uma paz duradoura e “comprometem-se a dar o apoio político necessário à realização deste objectivo fundamental”.

O Conselho “pede aos Estados-membros que resolvam os seus diferendos por meios pacíficos”, “chama especialmente a atenção para a importância de que a diplomacia preventiva se reveste como modo eficaz e pouco dispendioso de gestão das crises e de resolução de conflitos” e “incentiva as iniciativas que visam reforçar os meios de prevenção dos Estados-membros, da ONU e das organizações regionais e sub-regionais.”

Conselho de Segurança debate consolidação da paz no pós-conflito



O Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, apelou, perante o Conselho de Segurança, a uma reforma das operações de manutenção da paz cujas prioridades deveriam ser o reforço do pessoal de emergência, a previsibilidade do financiamento, a criação de melhores parcerias e uma maior participação das mulheres nos processos de paz.

“Um dos maiores desafios que a ONU tem de superar é impedir que os países saídos de um conflito devastador voltem a mergulhar na violência”, disse o Secretário-Geral. “Enfrentamos dificuldades muito reais todos os dias, nas nossas missões no terreno”, acrescentou.

“Em primeiro lugar, temos de enviar as pessoas certas para os locais certos, no momento certo.

Temos de enviar Representantes Especiais e outros dirigentes da ONU o mais rapidamente possível, quando surgem situações de crise”, afirmou. “Em segundo lugar, precisamos de um financiamento previsível. Seja qual for o tipo de presença da ONU, nós e os nossos parceiros nacionais precisamos de fundos suficientes, no momento certo, sobretudo durante a resposta a uma crise”, prosseguiu.

“Em terceiro lugar, precisamos de parcerias mais eficazes. São também importantes uma maior cooperação e abordagens conjuntas. Temos de criar parcerias estratégicas aprofundadas. Neste espírito, começámos a reforçar a cooperação e a criar laços institucionais com o Banco Mundial”, explicou o Secretário-Geral da ONU.

“Em quarto lugar, precisamos de colocar as mulheres no centro da construção da paz. É aí que as mulheres deveriam estar, não apenas pela sua necessidade de paz mas sobretudo pela sua capacidade”, propôs.

Num relatório, publicado a 8 de Outubro, sobre a participação das mulheres na consolidação da paz, o Secretário-Geral convida os Estados-membros a investirem a longo prazo na segurança das mulheres e no seu potencial produtivo, para favorecer uma paz duradoura.

No final da reunião, o Presidente do Conselho de Segurança durante o mês de Outubro, Ruhakana Rugunda, lembrou, numa declaração, a necessidade de um apoio previsível à consolidação da paz em áreas como a segurança, o restabelecimento da ordem constitucional, o respeito dos direitos humanos, o fim da impunidade, o combate ao comércio ilícito de armas, o tráfico de droga e o crime organizado transnacional”.

O Conselho sublinhou também a importância da participação das mulheres na manutenção, consolidação e promoção da paz e apelou a todos os actores pertinentes, para que intensificassem os esforços no sentido de traduzir o último relatório do Secretário-Geral sobre os progressos em matéria de consolidação da paz numa maior eficácia de todos os esforços nesse domínio.

[Para mais informações \(em inglês\), ver comunicado de imprensa SC/10050](#)

Sudão: Conselho de Segurança sublinha necessidade de referendos atempados e credíveis

Os dois referendos sobre a autodeterminação marcados para Janeiro, no Sudão, deverão ser realizados a tempo, de uma forma credível e conforme estipulado no acordo de paz de 2005.

“A finalidade da nossa visita foi sublinhar que o Conselho de Segurança da ONU está unido no desejo de ver que os referendos sobre a autodeterminação no Sudão são levados a cabo, como estipula o Acordo de Paz Global”, afirmou a Embaixadora Susan Rice, dos Estados Unidos, que chefiou a missão do Conselho que visitou o Sul do Sudão.

“Transmitimos a mensagem de que os referendos deveriam ser realizados na data prevista e ser credíveis e de que os resultados devem ser respeitados”, acrescentou.

A visita levou também os membros do Conselho ao Darfur. “Regressámos profundamente preocupados com a situação, em termos de segurança, no Darfur e com o seu impacto sobre os civis bem como a continuação das restrições ao acesso da UNAMID e dos trabalhadores humanitários às populações”, afirmou o Embaixador Mark Lyall Grant, do Reino Unido.

“Regressámos também com [Para mais informações](#)

uma convicção renovada da necessidade de todas as partes cessarem de imediato as hostilidades e da necessidade de os grupos rebeldes se juntarem imediatamente ao processo de paz e sem condições prévias. É a única forma de se fazerem progressos, tendo em vista um processo de paz global no Darfur”, acrescentou.

Em debate sobre paz e segurança em África, Ban Ki-moon saúda reforço das relações entre ONU e UA



“O desenvolvimento de uma arquitectura de paz e segurança africana é essencial para a prevenção e resolução de conflitos a longo prazo”, sublinhou o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, quando de um debate do Conselho de Segurança sobre paz e segurança em África.

Depois de ter saudado os esforços da União Africana (UA) para prevenir e resolver os conflitos no continente africano, congratulou-se com o desenvolvimento, nestes últimos anos, da parceria entre a ONU e a organização regional pan-africana.

O Secretário-Geral lembrou, no entanto, que, apesar desses progressos, a UA continuava a “enfrentar dificuldades em garantir os recursos necessários para apoiar as operações de manutenção de paz em que está envolvida”. “As operações da UA deveriam receber o mesmo apoio que as da ONU”, afirmou, citando nomeadamente os exemplos das missões na Somália e no Darfur.

Intervindo no mesmo sentido, Ramtane Lamamra, Comissário da UA para a Paz e Segurança, sublinhou a importância de “manter na ideia os inúmeros desafios que se apresentam e

exigem uma maior mobilização dos Estados-membros”.

Considerando que “também é importante fazer mais esforços para reforçar a eficácia das relações entre a ONU e a UA”, apresentou “fases que podem ser ultrapassadas imediatamente”: “consultas mais regulares para harmonizar as agendas” das duas organizações, “uma coordenação mais estreita e uma melhor sincronização em termos de tomada de decisões”, “discussões mais substanciais nos encontros conjuntos” que são organizados ao longo do ano.

Numa declaração feita no final desta reunião, o Conselho de Segurança congratulou-se por “a União Africana prosseguir os seus esforços importantes” e por “desempenhar um papel mais activo para prevenir e resolver os conflitos”. Reafirma também “a necessidade de melhorar ainda mais as interações, a coordenação e as consultas entre a ONU e a UA”, mas lembra também que “cabe às organizações regionais garantirem os recursos humanos, financeiros, logísticos e outros de que precisam, com a ajuda das contribuições dos seus membros”.

O Conselho reafirma também a sua resolução 1809 (2008) que reconhece a necessidade de melhorar a previsibilidade, a sustentabilidade e a flexibilidade do financiamento das organizações regionais quando levam a cabo acções de manutenção da paz, nos termos de um mandato da ONU.

[Para mais informações \(em inglês\) ver comunicado de imprensa SC/10067](#)

Conselho de Segurança pede que se garanta participação das mulheres na consolidação e manutenção da paz

O Conselho de Segurança assinalou, a 26 de Outubro, o 10.º aniversário da Resolução 1325 sobre as mulheres, a paz e a segurança, apelando à participação plena e efectiva das mulheres em todas as fases dos processos de paz e pedindo que se pusesse termo aos maus tratos contra as mulheres e as raparigas durante conflitos armados.

Numa declaração do seu Presidente, adoptada na reunião, em que participaram cerca de 90 oradores, o Conselho observa "com grave preocupação" que a participação das mulheres em todas as fases dos processos de paz e na aplicação dos acordos de paz continua a ser demasiado reduzida, apesar do papel fundamental que desempenham na prevenção e resolução de conflitos e na reconstrução das respectivas sociedades.

"O Conselho reconhece a necessidade de promover a participação plena e eficaz das mulheres nestas áreas", afirma a declaração, acrescentando que essa participação é muito importante para a sustentabilidade dos processos de paz.

Reitera igualmente a sua exigência de que todas as partes envolvidas em conflitos armados cessem imediata e totalmente todas as formas de violência contra as mulheres e as raparigas, nomeadamente actos de violência sexual.

"A Resolução 1325 nunca será eficazmente aplicada enquanto não pusermos termo à violência sexual em conflitos", declarou o Secretário-Geral Ban Ki-moon, que está actualmente a efectuar uma visita oficial ao Sudeste Asiático, numa mensagem de vídeo dirigida aos participantes na reunião do Conselho de Segurança. "Temos de obrigar os responsáveis a responder pelos seus actos, quer os crimes sejam cometidos por actores estatais quer por actores não estatais".

Ao apresentar o relatório do Secretário-Geral ao Conselho, Michelle Bachelet, Directora Executiva da Entidade para a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres), disse que o documento contém uma série de mensagens muito sérias, em que se pedem acções concertadas e urgentes.

"Embora, ao longo dos anos, se tenham realizado, com uma intensidade crescente, actividades destinadas a dar execução à Resolução 1325, essas actividades têm carecido de um rumo claro e de objectivos e metas sujeitos a prazos fixos susceptíveis de acelerar a sua aplicação e garantir a prestação de contas", disse Michelle Bachelet.



"Embora estas actividades isoladas tenham efectivamente contribuído para um aumento dos esforços no sentido de satisfazer as necessidades das mulheres e das raparigas no contexto de conflitos armados, não existem provas suficientes de que estejam a produzir um impacto cumulativo".

O relatório, recomenda a adopção de um quadro abrangente constituído por um conjunto acordado de objectivos, metas e indicadores destinado a nortear a aplicação da resolução durante a próxima década.

Prosseguindo disse que o Conselho poderia promover uma reunião de análise ou cimeira a nível ministerial, de cinco em cinco anos, para avaliar o avanço em direcção à realização desses objectivos e metas e procurar formas de combater os obstáculos à aplicação.

O relatório do Secretário-Geral afirma igualmente que, embora tenha sido criado um plano de acção que abrange todo o sistema, com o objectivo de conferir uma maior coesão ao trabalho das Nações Unidas em prol das mulheres e a paz e segurança, os resultados obtidos têm ficado "aquém das expectativas".

Entre os funcionários das Nações Unidas que intervieram na reunião incluiu-se Alain Le Roy, Secretário-Geral Adjunto para as Operações de Manutenção da Paz, que identificou algumas das condições necessárias para se avançar. Entre elas incluem-se a necessidade de assegurar fundos para a aplicação da Resolução 1325, uma maior concentração de esforços no reforço das capacidades das mulheres no domínio da consolidação e manutenção da paz nos respectivos países, e um maior investimento na promoção da participação das mulheres nos processos políticos e em organismos do sector da segurança recentemente reestruturados.

"O nosso maior indicador de êxito terá, porém, de continuar a ser a medida em que as nossas energias colectivas contribuem para o estabelecimento de uma plataforma sustentável, controlada pelos próprios países, com base na qual as mulheres, trabalhando em colaboração com os homens, possam definir, moldar e influenciar o rumo da paz nos respectivos países", declarou.

O Representante de Portugal junto da ONU, José Filipe Moraes Cabral, começou por saudar os importantes progressos alcançados em matéria de aplicação da Resolução 1325, antes de acrescentar que as violações dos direitos das mulheres eram, com frequência, a norma, tanto em conflitos como em situações pós-conflito. Sublinhou que era importante deixar de tratar as mulheres como vítimas, dando antes maior destaque ao papel crucial que desempenham na coesão social e na reconstrução das sociedades dilaceradas por conflitos. O Representante Permanente apresentou os objectivos estratégicos do Plano de Acção Nacional português, adoptado em Agosto de 2009, salientando a participação acrescida das mulheres em todos os níveis dos processos de manutenção da paz, a promoção e protecção dos direitos das mulheres em zonas de conflito, a difusão dos conhecimentos sobre as temáticas ligadas às mulheres, à paz e à segurança e o reforço da participação da sociedade civil na aplicação da Resolução 1325.

[Para mais informações \(em inglês\) ver comunicado de imprensa SC/10071](#)

É preciso fazer mais para assegurar a igualdade de género na consolidação da paz, avisa Ban

Dez anos após a adopção da Resolução 1325 do Conselho de Segurança, muito há ainda por fazer para assegurar que as mulheres desempenhem um papel no reforço da paz, afirma o Secretário-Geral Ban Ki-moon, num relatório publicado a 8 de Outubro.

"É tempo de uma acção sistemática, incisiva e sustentada, apoiada por recursos e compromissos de todas as partes interessadas – nacionais e internacionais, públicas e privadas, mulheres e homens", escreve, ao elaborar um plano de acção que visa modificar as práticas de todos os actores e melhorar os resultados no terreno.

O plano contém sete pontos, nomeadamente, assegurar que as mulheres participem plenamente em todas as conversações de paz e no planeamento pós-conflito, incluindo conferência

de doadores; garantir um financiamento suficiente para responder às necessidades específicas das mulheres e promover a igualdade de género; assegurar que as mulheres participem plenamente na governação pós-conflito como representantes eleitas ou decisoras políticas, recorrendo, designadamente, a medidas especiais temporárias como quotas.

O plano também pede iniciativas a favor do Estado de direito, para incentivar a participação das mulheres nas acções que visam reparar injustiças cometidas contra elas e a melhoria da capacidade dos responsáveis pela segurança no que se refere a prevenir e reprimir as violações dos direitos das mulheres. Pretende ainda que seja dada prioridade à participação das mulheres na recuperação da economia, incluindo em programas de criação de emprego, programas de desenvolvimento

das comunidades e prestação de serviços de primeira linha.

"Assegurar a participação das mulheres na consolidação da paz não tem que ver apenas com os direitos das mulheres e das raparigas. As mulheres são parceiros essenciais para reforçar os três pilares de uma paz duradoura: a recuperação da economia, a coesão social e a legitimidade política", afirma Ban Ki-moon.

[Para mais informações](#)

Afganistão: Conselho de Segurança prorroga por um ano mandato de força internacional



O Conselho de Segurança prorrogou a autorização do mandato da Força Internacional de Assistência à Segurança (ISAF) no Afeganistão, por um período de 12 meses, isto é, até 13 de Outubro de 2011.

Ao adoptar por unanimidade a resolução 1943 (2010), nos termos do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, o Conselho de Segurança, que considera que “a situação no Afeganistão continua a ameaçar a paz e a segurança internacionais”, autoriza ademais os Estados-membros que participam na ISAF a “tomarem todas as medidas necessárias à execução do seu mandato”.

Nos termos da resolução adoptada a 13 de Outubro, o Conselho de Segurança sublinha a importância de um sector da segurança afegão “mais funcional, profissional e responsável”. Para tal, “exorta a ISAF e os outros parceiros” a continuarem a “formar, aconselhar e responsabilizar as forças de segurança nacionais afegãs”.

O Conselho congratula-se com o “papel de primeiro plano desempenhado cada vez mais pelas autoridades afegãs no que se refere a garantir a segurança no conjunto do país” e sublinha que importa “apoiar a expansão prevista do Exército Nacional afegão e da polícia afegã”.

[Para mais informações](#)

Médio Oriente: ONU exorta a sair rapidamente do impasse nas negociações

Seis semanas apenas após o seu relançamento, as negociações directas entre Israelitas e Palestínianos estão de novo num impasse, não se tendo as partes reencontrado, conforme acordado inicialmente, desde 15 de Setembro, lamentou o Subsecretário-Geral da ONU para os Assuntos Políticos, Oscar Fernández-Taranco, durante uma sessão do Conselho de Segurança sobre esta questão, realizada a 18 de Outubro.

“Devemos ultrapassar o impasse actual e, o que é ainda mais importante, devemos certificar-nos de que, quando recomeçarem, as conversações avancem de uma forma intensiva e resoluta, para procurar resolver questões fundamentais, incluindo a relacionada com as fronteiras”, afirmou Oscar Fernandez-Taranco, na sua exposição perante os membros do Conselho.

Precisou que o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, continuaria a trabalhar em estreita ligação com o Quarteto sobre o Médio Oriente.

“Devemos continuar empenhados colectivamente em alcançar um acordo de paz, no ano subsequente ao início das conversações, em Setembro”, afirmou.

Segundo o Subsecretário-Geral da ONU, são indispensáveis progressos nas próximas semanas. “O Secretário-Geral continua a pensar que, se a porta que conduz à paz se fechar, será muito difícil reabri-la. Não há alternativa a uma solução negociada, que tenha como resultado a criação de um Estado da Palestina independente e viável, que viva ao lado do Estado de Israel, em paz e segurança”, insistiu.

[Para mais informações](#)

Nepal: não é possível a paz, sem decisões políticas e compromissos



“Foram superadas etapas importantes, mas mantém-se o impasse político. Não se produziu qualquer avanço importante, mas é demasiado cedo para concluir se as partes estão ou não no bom caminho para ver o acordo de 13 de Setembro ser aplicado até 15 de Janeiro”, sublinhou o Secretário-Geral Adjunto para os Assuntos Políticos, B. Lynn Pascoe, perante o Conselho de Segurança.

B. Lynn Pascoe apresentou as conclusões de uma missão de dois dias ao Nepal, efectuada no início de Outubro e durante a qual avaliou a situação no país, onde a aplicação do Acordo de Paz de Novembro de 2006 enfrenta, desde há vários meses, inúmeros bloqueios. Finalmente, a 13 de Setembro, o Governo e Partido Comunista Unificado do Nepal chegaram a um acordo para ultrapassar os bloqueios, relançar o processo de paz e pedir o prolongamento do mandato da Missão da ONU no Nepal (UNMIN) até 15 de Janeiro.

Na sua intervenção, o Secretário-Geral Adjunto lembrou que o Nepal estava “empenhado num processo de mudança política e social e de

consolidação da sua democracia”, que “fizera, em alguns anos, progressos notáveis que conduziram ao Acordo de Paz de 2006”. “Mas, como acontece com qualquer grande compromisso, a aplicação desse acordo encontra sérias dificuldades”, que atribuiu ao aparecimento gradual de divergências entre os partidos políticos e no seio destes.

Lembrou, em seguida, que, “como o Secretário-Geral da ONU escreveu no seu último relatório datado de início de Setembro”, a ONU “não é favorável a um prolongamento repetido do mandato da UNMIN”.

“Não há dúvida de que o prazo de 15 de Janeiro para o fim do mandato da UNMIN criou uma nova noção de urgência no seio das partes no processo de paz”, afirmou o Secretário-Geral Adjunto para os Assuntos Políticos. “As partes ainda podem atingir as suas metas a tempo, mas, como sublinhei a todos aqueles com quem me encontrei, durante a minha visita, isso exigirá que se traduza essa noção de urgência numa tomada de decisões e em medidas concretas”, disse, antes de acrescentar: “Quanto mais depressa essas decisões forem tomadas, melhor”.

[Para mais informações](#)

Timor-Leste: planear a retirada dos Capacetes Azuis é essencial para preservar a estabilidade



O planeamento da transferência das actividades da Missão Integrada das Nações Unidas para Timor-Leste (UNMIT) para as instituições timorenses é essencial para garantir a estabilidade política e a segurança no país, afirmou, a 19 de Outubro, a Representante Especial da ONU para esse país, Ameerah Haq, perante o Conselho de Segurança, em Nova Iorque.

“A situação nos domínios político e da segurança continua a ser estável, permitindo que as instituições se concentrem nos desafios do país a longo prazo”, afirmou Ameerah Haq. “Gostaria de sublinhar que a transição é uma reconfiguração do mandato da UNMIT e que é necessário garantir que, quando se realizar a retirada – e realizar-se-á –, tudo seja feito de modo a garantir o êxito das instituições do Estado”, acrescentou.

Foram concebidos inúmeros planos estratégicos de políticas públicas. Foi criada a Comissão Anticorrupção,

foi adoptado o Plano de Reforma Estratégica do Sector da Justiça, e foi redigido o Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional, referiu a Representante Especial, para quem tudo isso são provas de que “os dirigentes nacionais de Timor-Leste prosseguem os seus esforços para garantir as consultas e um diálogo abertos a todos, a longo prazo”.

Recentemente, a UNMIT transferiu algumas responsabilidades para a Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL), nomeadamente a gestão do Departamento de Imigração, dos guardas fronteiriços e do Gabinete da Interpol. A transferência das responsabilidades pela segurança foi realizada no conjunto das províncias do país, com excepção de três zonas onde a situação ainda é complexa.

“Perante os progressos realizados e a firmeza mostrada pelos dirigentes nacionais do país, em especial o Presidente e o Primeiro-ministro, creio que o trabalho em curso vai contribuir para a estabilidade de Timor-Leste. O plano de transição da UNMIT até 2012 será essencial”, disse, para concluir.

[Para mais informações](#)

Chade e República Centro-africana: início da retirada definitiva dos Capacetes Azuis

Enquanto a insegurança reina no Nordeste da República Centro-africana (RCA), a Missão das Nações Unidas na RCA e no Chade (MINURCAT) suspendeu as suas actividades militares a 15 de Outubro, a fim de iniciar a sua retirada definitiva que deverá estar concluída a 31 de Dezembro próximo.

“A 15 de Outubro, os militares da MINURCAT suspenderam todas as operações militares e a Missão iniciou a sua retirada final do Chade, conforme previsto na resolução 1923 do Conselho de Segurança (2010)”, afirmou, na quarta-feira, o chefe da MINURCAT, Youssef Mahmoud, perante o Conselho de Segurança, sublinhando que, no Chade, a situação em termos de segurança continuava estável.

Previu os Estados-membros do Conselho de Segurança de que “a situação, em termos de segurança, no Nordeste da República Centro-africana continuava volátil”. “Considerando a retirada iminente da MINURCAT e a capacidade limitada do Governo centro-africano para assumir a segurança nessa região, os pretensos ataques pelos elementos ligados ao Exército de Resistência do Senhor (LRA) são preocupantes”, disse.

“Para evitar um possível vazio, em termos de segurança, após a partida da MINURCAT, deve fazer-se tudo para apoiar o Governo da RCA a colocar forças adicionais no terreno, em Birao”, afirmou Youssef Mahmoud.

[Para mais informações](#)

Os próximos meses são cruciais para o futuro do Sudão



“Este processo de paz é único na história do Sudão e os próximos meses serão críticos para a salvaguarda dos progressos feitos desde a assinatura do Acordo de Paz Global”, escreveu o Secretário-Geral, Ban Ki-moon, no seu último relatório sobre o Sudão, apresentado ao Conselho de Segurança. “A medida que se aproxima o prazo para a realização dos referendos, estipulado no Acordo de Paz Global, a expectativa e ansiedade das pessoas estão a aumentar a um ritmo acelerado. Os acontecimentos dos próximos três meses terão um profundo impacto no futuro do Sudão”.

O Secretário-Geral Adjunto para as Operações de Manutenção de Paz, Alain Le Roy, afirmou a 25 de Outubro, numa reunião do Conselho de Segurança, que houve progressos “palpáveis” nos preparativos para o referendo do Sul do Sudão, tal não acontecendo em relação ao referendo de Abyei, para o qual ainda não foi criada uma comissão de referendo. Sublinhou que é essencial que as partes cheguem a um acordo, referindo que a falta de progressos está a exacerbar as tensões no terreno.

Alain Le Roy lembrou que, durante a recente missão do Conselho ao Sudão, o Presidente do Sul do Sudão, Salva Kiir, alertou para o grave risco de violência durante o referendo e exortou à criação de uma zona-tampão entre o Norte e o Sul.

[Para mais informações](#)

Darfur: apesar dos progressos no processo de paz, a situação mantém-se frágil

Apesar dos progressos significativos no processo de paz, a situação, em termos de segurança, mantém-se frágil no Darfur, refere o último relatório do Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, sobre esta região.

“Congratulo-me com a realização em Doha, de 12 a 14 de Julho de 2010, da segunda reunião dos representantes da sociedade civil, que ampliou e aprofundou o processo de paz. Convido a Mediação e a Missão das Nações Unidas e da União Africana no Darfur (UNAMID) a prosseguirem os seus esforços

nesse sentido, tendo em vista uma maior transparência”, escreve Ban Ki-moon, no seu relatório. “Embora os combates entre as partes no conflito tenham, no seu conjunto, diminuído consideravelmente, os confrontos entre comunidades continuam a provocar mortes”, acrescentou.

No que se refere ao processo de paz, Ban Ki-moon “exorta as partes a concluírem um acordo de paz que resolva as causas profundas do conflito e contribua para a estabilidade no Darfur”. Na

altura em que o Governo sudanês anunciou “uma nova estratégia de restabelecimento da paz no Darfur que visa facilitar a participação no processo de paz e ajudar as comunidades locais a apropriarem-se do mesmo”, o Secretário-Geral da ONU lembrou, mais uma vez, que só negociações sem exclusões e largamente representativas poderão ser levadas a bom termo.

[Para mais informações](#)

Somália: Ban Ki-moon pede apoio para o Governo Federal de Transição

“Apesar das recentes divisões internas, o Governo Federal de Transição (GFT) continua empenhado na paz e na reconciliação”, declarou, o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, numa reunião do Conselho de Segurança sobre a situação na Somália.

Perante os membros do Conselho, congratulou-se com os progressos recentes no país, em particular graças aos esforços do GFT, que prossegue “o desenvolvimento das suas instituições de segurança e leva a cabo uma ofensiva contra os insurrectos que permitiu reconquistar algumas das cidades principais que estes ocupavam”.

Neste contexto, Ban Ki-moon pediu à comunidade internacional que agisse já. Em seguida, enumerou os quatro domínios em que a ONU continuaria a trabalhar, com vista a garantir que o processo de paz de Jibuti seja um êxito.

Em seguida, Ban Ki-moon disse: “Vamos agir de modo que os esforços da ONU sejam coordenados”. Lembrou ainda que, no seu último relatório, referira “a sua intenção de, nos próximos meses, propor uma presença integrada da ONU na Somália”.

A terminar, saudou os esforços da União Africana e da sua missão na Somália (AMISOM), sublinhando que esta carecia de meios materiais e financeiros.

[Para mais informações](#)

RDC: chefe da Missão da ONU sublinha importância da reforma do sector da segurança e do sistema judicial



Representante Especial do Secretário-Geral na RDC, perante o Conselho de Segurança.

“Devo dizer, porém, que as operações militares a curto prazo não bastarão para garantir a segurança a longo prazo”, declarou.

O Chefe da Missão das Nações Unidas para a Estabilização da República Democrática do Congo (MONUSCO) avisou que as operações militares no Leste do país não podem garantir a segurança a longo prazo e sublinhou a necessidade de reforçar as forças militares e policiais e o sistema judicial.

“O debate geral sobre a estratégia futura na RDC inclui dar ênfase à ‘reforma do sector da segurança’, que abrange uma vasta gama de actividades, desde a formação e as operações dos militares aos sistemas de justiça militar e civil, passando pela formação e reforma da polícia”, declarou Roger Meece,

No seu mais recente relatório ao Conselho de Segurança sobre a MONUSCO, o Secretário-Geral Ban Ki-moon afirma que a RDC tem feito progressos consideráveis e poderia beneficiar de uma evolução positiva em vários aspectos, mas poderia haver recuos, se alguns desafios persistentes e certas tendências negativas não fossem superados.

[Para mais informações](#)

Conflitos prolongados estão a criar refugiados semipermanentes, avisa António Guterres

Avisando que os conflitos que se arrastam por muito tempo estão a criar populações de refugiados semipermanentes, o Alto-Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, António Guterres, apelou aos governos, para que intensifiquem os seus esforços no sentido de garantir a protecção dos 43 milhões de pessoas desenraizadas no mundo.

António Guterres observou que mais de metade dos refugiados pelos quais o Alto Comissariado (ACNUR) é responsável hoje, ou seja, mais de 5,5 milhões, estão dependentes de conflitos prolongados. Na sua maioria, encontram-se no mundo em desenvolvimento, onde vivem quatro quintos dos refugiados do planeta.

O ano passado foi o pior das duas últimas décadas para o repatriamento voluntário dos refugiados.

“Há uma explicação muito simples para essa situação. O carácter evolutivo e cada vez mais insolúvel do conflito torna mais difíceis o estabelecimento e a manutenção da paz”, afirmou, na abertura da reunião anual do

Comité Executivo do ACNUR, em Genebra.

“Precisamos de reforçar a solidariedade internacional e a partilha de responsabilidades”, afirmou.

Um exemplo tangível e eficaz de partilha das responsabilidades é a reinstalação, que permite que os refugiados que não conseguem encontrar segurança ou uma solução duradoura no seu primeiro país de asilo passem a residir noutra.

Desde Junho de 2008, mais 12 países criaram programas de reinstalação. No total, são agora 24 os países que dispõem desses programas. “Mas as necessidades de reinstalação continuam a exceder a capacidade de reinstalação”, disse António Guterres.

[Para mais informações](#)

ACNUR apela à Grécia, para que leve a cabo reforma do sistema de asilo

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) apelou à Grécia, para que reforme com urgência o seu sistema de asilo, sublinhando que isso contribuiria significativamente para melhorar aquilo que é considerado uma “crise humanitária” para os que procuram protecção no país.

Adrian Edwards, porta-voz do ACNUR, disse aos jornalistas, em Genebra, a 21 de Setembro, que a “ausência continuada na Grécia de um sistema de asilo que funcione” tem importantes repercussões para o conjunto da União Europeia (UE).

“As condições impostas aos requerentes de asilo na Grécia, que é um dos principais pontos de entrada na UE, são extraordinariamente difíceis. A maioria dos requerentes de asilo não recebe qualquer tipo de assistência. Muitos, incluindo mulheres e crianças, vivem na rua”, disse.

“O sistema de determinação do estatuto de refugiado não funciona devidamente e, por conseguinte, as pessoas que necessitam de protecção internacional não são

identificadas como tal. Isto constitui uma crise humanitária que não deveria existir na União Europeia”.

Enquanto a reforma do sistema de asilo não for levada a cabo, o ACNUR continuará a recomendar que os outros membros da UE não devolvam requerentes de asilo à Grécia, como o primeiro ponto de entrada na Europa, nos termos dos regulamentos da UE ou de outros.

O ACNUR apelou à UE, para que aumentasse a sua assistência, a fim de ajudar a Grécia a criar um sistema moderno e eficaz de migração e asilo que respeite plenamente os direitos humanos.

[Para mais informações](#)

Alto-Comissário para os Refugiados apela à partilha do fardo constituído pelo 43 milhões de deslocados internos



O Alto-Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, António Guterres, conduziu a conferência anual do Comité Executivo, apelando a um *new deal*, a fim de ajudar os países em desenvolvimento que assumem, sozinhos, a gestão de 80% dos 43 milhões de pessoas desenraizadas no mundo.

“Penso que precisamos realmente de um *new deal* sobre a partilha do fardo. É responsabilidade de todos nós trabalharmos em conjunto para velar por que essa generosidade e essa hospitalidade dos países em desenvolvimento sejam inteiramente compensadas pela solidariedade da comunidade internacional”.

“A solidariedade internacional melhoraria a protecção e a assistência aos refugiados e deslocados internos aos quais o ACNUR presta ajuda. Complementaria também os esforços do ACNUR para que os regressos de refugiados ou de deslocados internos sejam sustentáveis, apoiando os progressos de integração local e os programas de desenvolvimento regional nas zonas que acolhem refugiados, e

acelerando a reabilitação das instalações que acolheram refugiados”, acrescentou.

Segundo António Guterres, “é claro que o ACNUR não tem nem capacidades nem recursos para fazer muito mais do que aquilo que já faz”. “Por conseguinte, nessa espécie de *new deal*, teríamos de assegurar o envolvimento de outros actores”, insistiu.

O Alto-Comissário sublinhou que os organismos de desenvolvimento da ONU, as instituições financeiras internacionais e as organizações regionais se deveriam envolver “para garantir que essas populações sintam um verdadeiro impacto e uma sólida solidariedade internacional”.

António Guterres renovou igualmente o seu apelo aos Estados-membros, para que adiram às convenções relativas à protecção dos refugiados e dos apátridas. Expressou também o desejo de que, em 2011, “os refugiados, os apátridas e os deslocados gozem de uma protecção muito mais forte por parte da comunidade internacional do que aquela que recebem actualmente.”

[Para mais informações](#)

Todos os países devem proteger os direitos de dezenas de milhões de migrantes irregulares



“Os migrantes são mais confrontados com o racismo e a xenofobia, vítimas de empregadores sem escrúpulos e de predadores sexuais e podem cair facilmente nas mãos de redes criminosas e de contrabando. Vulnerabilizados pelo seu estatuto, esses homens, mulheres e crianças têm muitas vezes medo ou carecem de meios para procurar obter protecção ou ajuda junto das autoridades dos seus países de origem, de trânsito ou de destino”, explica o GMG.

“Com demasiada frequência, os Estados respondem à migração de uma perspectiva de soberania, de segurança das fronteiras ou de aplicação da lei, muitas vezes impulsionados por grupos internos hostis”, disse o Grupo Mundial sobre a Migração (GMG), numa declaração adoptada, a 30 de Setembro, no final de um reunião em Genebra.

“Os migrantes irregulares estão mais expostos à discriminação, à exclusão, à exploração e a abusos, a todos os níveis do processo de migração. São frequentemente confrontados com a detenção e os maus-tratos e, em certos casos, são reduzidos à escravatura, vítimas de violação ou mesmo assassinados”, diz um comunicado conjunto do Grupo.

O Grupo apela aos Estados para que examinem a situação dos migrantes irregulares, a fim de assegurar que está conforme com as normas internacionais em matéria de direitos humanos.

“A situação irregular dos migrantes não os deve privar da sua humanidade nem dos seus direitos”, conclui.

[Para mais informações](#)

Vinte e dois países em crise prolongada: há que repensar a ajuda, segundo PAM e FAO



conjunto da ajuda estrangeira e figura na lista dos países de rendimento baixo e com défice alimentar.

“As crises prolongadas exigem modalidades de intervenção concebidas especialmente para o efeito e com alvos bem determinados”, afirmam o Director-Geral da FAO, Jacques Diouf, e a Directora do PAM, Josette Sheeran. Na sua opinião, “quando de crises prolongadas, é necessário, com a máxima urgência, reorientar a ajuda fornecida para a protecção dos meios de vida, e não só para a protecção de vidas humanas, a fim de contribuir para que o país volte a trilhar a via construtiva da recuperação”.

Vinte e dois países no mundo estão em situação de “crise prolongada”, confrontados com dificuldades colossais, como as crises alimentares repetidas e a prevalência extremamente elevada da fome, devido ao efeito combinado das catástrofes naturais, dos conflitos e da debilidade das instituições, segundo o relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e do Programa Alimentar Mundial (PAM) publicado a 6 de Outubro.

Nesse relatório, intitulado *State of Food Insecurity in the World 2010*, a FAO e o PAM consideram que um país está em “crise prolongada” quando sofre de uma crise alimentar há pelo menos oito anos, a ajuda humanitária que recebe representa mais de 10% do

[Para mais informações](#)

Haiti: ONU ajuda as vítimas da epidemia de cólera



No Haiti, a ONU e os seus parceiros iniciaram a distribuição de material de emergência nas zonas atingidas por uma epidemia de cólera, que fez até ao momento mais de 250 mortos, informou, a 25 de Outubro, o Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários (OCHA).

Foram confirmados mais de 3000 casos de cólera. “É uma situação extremamente grave e, com base na experiência que temos das epidemias noutros lugares do mundo, seria irresponsável não elaborarmos planos para a eventualidade de uma epidemia de maiores proporções”, afirmou o Coordenador da Acção Humanitária das Nações Unidas no Haiti, Nigel Fisher.

“Estamos especialmente preocupados com Port-au-Prince e com as pessoas que vivem nos bairros degradados e nos campos de deslocados, mas preparamos também para uma epidemia no resto do país”, acrescentou.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) e o Ministério da Saúde haitiano confirmaram também a presença de cinco casos de cólera na capital haitiana. A maioria desses casos concentra-se, presentemente, na região de Artibonite, uma zona que não foi atingida pelo tremor de terra do passado dia 12 de Janeiro.

Até ao momento, cerca de 40% das populações situadas nas zonas atingidas receberam material de emergência.

Segundo o OCHA, o Haiti não havia conhecido um caso de cólera há mais de 40 anos e uma epidemia à escala nacional com dezenas de milhares de casos é uma possibilidade real.

“O número de novos casos comunicados está a diminuir”, precisou todavia o OCHA. “A ONU enviou por via aérea sacos de cloro para purificar os sistemas de água nas zonas afectadas. Foram também tomadas medidas para responder a uma eventual epidemia em Port-au-Prince, a capital, e noutras partes do país”.

No Níger, Valerie Amos pede apoio para que o país possa enfrentar a crise alimentar



A Secretária-Geral Adjunta das Nações Unidas para os Assuntos Humanitários e Coordenadora do Socorro de Emergência, Valerie Amos, chegou, a 14 de Outubro, ao Níger, onde mais de sete milhões de pessoas estão subalimentadas.

A queda da produção cerealífera deste ano, superior a 410 000 toneladas, provocou uma crise alimentar e nutricional grave, a segunda mais grave nos últimos cinco anos, precisou o Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários (OCHA).

Um dos principais objectivos da visita de Valerie Amos foi chamar a atenção para o Sahel, a região mais pobre da África Ocidental, cuja economia depende, na maioria dos casos, da agricultura. Em 2010, mais de 10 milhões de pessoas no Sahel foram afectadas pela crise, dos quais 2 milhões no Chade.

Com uma média de uma crise alimentar de grande amplitude em cada três anos, o Níger enfrentou, em 2005, a sua última crise. Estas crises são recorrentes nos últimos 30 anos,

ameaçando a curta esperança de vida das populações e alterando, a longo prazo, as perspectivas de desenvolvimento.

Em 2010, graças aos organismos da ONU e seus parceiros, mais de cinco milhões de pessoas beneficiaram de ajuda alimentar. A situação mantém-se frágil, sobretudo devido à malnutrição crónica que afecta as comunidades mais vulneráveis.

O país está a ser também actualmente assolado por uma epidemia de cólera, informou o OCHA, que adiantou que se teriam registado 919 casos e 60 vítimas mortais. Durante a estação das chuvas, foram assinalados dois milhões de casos de malária, enquanto, durante o mesmo período em 2009, o OCHA contabilizara apenas um milhão de casos.

O OCHA apela à comunidade internacional para que apoie o Níger, concedendo os fundos necessários para financiar a continuação das operações de ajuda humanitária.

Cheias no Paquistão: ONU recebeu apenas 34% dos 2 mil milhões de dólares pedidos



O apelo a fundos revisto, no montante de 2 mil milhões de dólares, para ajudar as vítimas das cheias do Paquistão, o mais importante lançado alguma vez pela ONU e os seus parceiros para uma catástrofe natural, está coberto apenas até 34%, referiu o Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários (OCHA), enquanto o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, apelava a um apoio internacional mais generoso e mais rápido.

Um mês após o primeiro apelo a fundos, no valor de 460 milhões, lançado em Agosto, a ONU pedira, em Setembro, à comunidade internacional quatro vezes mais fundos perante a amplitude das cheias e o número de vítimas: 2000 mortos, cerca de 20 milhões de deslocados, a destruição total ou parcial de 1,9 milhões de lares, numa

superfície de 160 000 quilómetros quadrados.

“Continuo a exortar a comunidade internacional a responder generosa e rapidamente ao apelo a fundos, bem como aos esforços de reconstrução e recuperação”, afirmou Ban Ki-moon, numa mensagem dirigida ao “Fórum dos Amigos do Paquistão Democrático”, um encontro anual criado em 2008 e que teve lugar a 14 de Outubro, em Bruxelas.

Pelo seu lado, em Genebra, o OCHA precisou que, dos dois mil milhões de dólares do apelo a fundos, os Estados-membros haviam doado apenas 690 milhões. “A crise está longe de ter terminado”, alertou a porta-voz do OCHA, Elisabeth Byrs.

[Para mais informações](#)

Transição para agricultura com baixos níveis de emissões está a tornar-se urgente", segundo Relator Especial sobre o direito à alimentação



agricultura familiar em pequena escala", sustenta De Schutter. "Se não orientarmos a nossa acção especificamente para a agricultura familiar em pequena escala, as soluções promovidas hoje por muitos actores públicos e privados apenas repetirão um modelo que já não é adequado para superar o desafio das alterações climáticas".

"Há quase mil milhões de pessoas a passar fome na Terra. Mas o pior poderá estar ainda para vir, já que a actual evolução da agricultura também ameaça a capacidade de os filhos dos nossos filhos se alimentarem. É urgentemente necessária uma mudança, se quisermos celebrar o Dia Mundial da Alimentação no ano que vem", disse Olivier De Schutter, Relator Especial sobre o direito à alimentação.

Os esforços actuais estão concentrados no fornecimento de fertilizantes químicos e numa maior mecanização da agricultura. "Estes esforços estão muito aquém do empenhamento declarado na luta contra as alterações climáticas e no apoio à

Além disso, "dar prioridade a abordagens que aumentam a dependência dos combustíveis fósseis é o suicídio da agricultura", afirma.

Segundo o perito das Nações Unidas, continuar a usar a actual abordagem é uma "receita que só pode ter consequências desastrosas".

[Para mais informações](#)

Bloqueio de Gaza e ocupação da Cisjordânia têm custos humanitários muito elevados, segundo um perito



"Para além do mais, isso tornou a perspectiva de uma paz assente na existência de dois Estados, após uma retirada de Israel, politicamente impossível nesta fase", sublinhou Richard Falk.

"Os habitantes de Gaza continuam a sofrer consequências humanitárias do bloqueio israelita, apesar de uma atenuação parcial das restrições à entrada no território", afirmou o Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos nos territórios palestinianos ocupados, Richard Falk, por ocasião de uma conferência de imprensa na Sede da ONU, em Nova Iorque.

"A situação em Gaza mantém-se muito grave sob o ponto de vista humanitário. O bloqueio foi atenuado em certos aspectos mas mantido, noutros, e continua a causar um estado de forte tensão psicológica e física entre a população", acrescentou.

"É preciso compreender que a população está encurralada desde há três anos. Mesmo antes, tratava-se de um lugar onde era muito difícil viver, em grande parte pobre, sobrepovoado e caracterizado por um caos interno", disse.

Segundo o Relator, "o facto de Israel se recusar a autorizar a exportação de bens provenientes de Gaza destruiu a sua economia interna".

No seu último relatório apresentado à Assembleia Geral da ONU, o Relator Especial lembrou também a situação dos residentes na Cisjordânia. "Tem sido prestada tanta atenção à Faixa de Gaza, nos últimos anos, que há a noção de que as condições materiais na Cisjordânia são aceitáveis", afirmou antes de citar um estudo recente sobre as condições de vida de 40 000 palestinianos na Cisjordânia, que vivem em zonas que se encontram sob o controlo militar total de Israel. Segundo esse estudo, essas condições são ainda piores do que as da Faixa de Gaza.

Segundo Richard Falk, os efeitos cumulativos dos colonatos, da barreira de segurança e da vasta rede viária reservada aos colonos transformaram a "ocupação" em "anexação" de facto.

ONU unida no desejo de tornar o direito à água e ao saneamento juridicamente vinculativo



Numa reunião histórica do Conselho de Direitos Humanos (CDH), a ONU afirmou, ontem, por consenso que o direito à água e ao saneamento decorre do direito a um nível de vida adequado, contido em vários tratados internacionais de direitos humanos.

Segundo Catarina de Albuquerque, Perita Independente sobre a questão das obrigações de direitos humanos relativas ao acesso à água potável e ao saneamento, "isto significa que, para as Nações Unidas, o direito à água e ao saneamento está contido nos tratados existentes sobre direitos humanos, sendo, portanto, juridicamente vinculativo". Catarina

de Albuquerque acrescentou que "esta decisão histórica pode alterar a vida de milhares de milhões de seres humanos que continuam a não ter acesso à água e ao saneamento".

Em 28 de Julho de 2010, a Assembleia Geral deu um primeiro passo crucial, ao reconhecer este direito fundamental. No entanto, a resolução em causa não especificava que esse direito implicava obrigações juridicamente vinculativas. Numa resolução proposta pelos governos da Alemanha e de Espanha, com o apoio de dezenas de países, o CDH colmatou aquela lacuna.

"Saúdo entusiasticamente esta resolução do CDH, que assinala o reconhecimento mundial de que o acesso à água e ao saneamento deixou de ser uma questão de caridade", declarou Catarina de Albuquerque. "O direito à água e ao saneamento é um direito humano, igual a todos os outros direitos humanos. Por conseguinte, a partir de hoje, temos uma responsabilidade ainda maior no que se refere a concentrar todos os nossos esforços na aplicação e plena realização deste direito essencial".

São necessários mais dados e melhor investigação para acabar com a violência contra as crianças



recursos é afectada e as intervenções que visam especificamente prevenir e combater a violência contra as crianças têm uma eficácia limitada", acrescentou.

Marta Santos Pais sublinhou a necessidade imperiosa de as crianças serem registadas à nascença, referindo que todos os anos ficam por registar 50 milhões de nascimentos. "As crianças que não são registadas não contam. Não contam em termos de formulação de políticas e de decisões orçamentais e não contam quando os seus direitos são violados", disse.

A mesa-redonda seguiu-se à publicação de um novo relatório da UNICEF sobre a exposição das crianças à violência, nos países de baixo e médio rendimento.

"É preciso implementar em todos os países uma estratégia global, coordenada, devidamente financiada e assente em dados e análises fiáveis, para combater todas as formas de violência contra as crianças", insistiu Marta Santos Pais.

Por ocasião de uma mesa redonda, organizada pela Representante Especial do Secretário-Geral sobre a Violência contra as Crianças, Marta Santos Pais, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACDH), com o apoio do Governo da Suécia, vários peritos das Nações Unidas insistiram na necessidade de obter mais dados e melhorar a investigação acerca da violência exercida sobre as crianças, a fim de reforçar a acção dos Estados nos domínios da prevenção e da resposta, nomeadamente no plano jurídico.

"A violência contra as crianças continua, com demasiada frequência, a estar oculta por uma cultura generalizada de silêncio", declarou Marta Santos Pais. "Sem bons dados, o planeamento nacional vê-se comprometido, a elaboração de políticas eficazes é dificultada, a mobilização de

[Para mais informações](#)

Violência contra as mulheres está a aumentar, segundo Comité para Eliminação da Violência contra as Mulheres

Apesar dos progressos alcançados no domínio da protecção dos direitos das mulheres no mundo, subsistem inúmeros desafios, entre os quais se destacam a discriminação e a violência contra as mulheres, em particular a violência sexual, presentes em numerosas regiões do planeta e que estão a aumentar”, sublinhou a Vice-Presidente do Comité para a Eliminação da Violência contra as Mulheres (CEDAW), Zou Xiaobao, perante a Assembleia Geral.

Criado em 1992 para controlar a aplicação da Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres – assinada em 1979 e considerada como o tratado mais completo sobre direitos das mulheres – o CEDAW examina todas as formas de discriminação contra as mulheres, nomeadamente as questões ligadas ao direito de acesso à nacionalidade, à educação, ao emprego e à saúde.

“O papel do CEDAW em traduzir na prática a abordagem revolucionária da Convenção é importante, mas o potencial da Convenção para gerar mudanças reais nos Estados Partes não foi plenamente explorado, sobretudo devido à sua falta de visibilidade e de acessibilidade e aos limitados recursos”, declarou Zou Xiaobao.

[Para mais informações](#)

RDC: ONU publica relatório sobre crimes cometidos entre 1993 e 2003



O relatório de 550 páginas enumera 617 violações dos direitos humanos e do direito internacional humanitário, praticadas durante um período de dez anos por actores estatais e não estatais.

Muitos dos ataques implicaram uma violência maciça contra a população civil não combatente formada, sobretudo, por mulheres e crianças, num clima de quase total impunidade que subsiste actualmente.

“A violência na RDC era, de facto, acompanhada de uma aparente utilização sistemática de violação e de agressões sexuais por todas as forças combatentes”, diz o relatório.

No seu prefácio ao relatório, Navi Pillay afirma que “nenhum relatório pode descrever devidamente os horrores vividos pela população civil” na RDC, “onde quase todos os indivíduos têm histórias de sofrimento e de perda para contar”.

“O relatório pretende ser um primeiro passo em direcção ao processo, por vezes doloroso mas apesar disso essencial, de dizer a verdade, após um conflito violento”.

[Para mais informações](#)

A ONU publicou, a 1 de Outubro, um novo relatório sobre atrocidades “indescritíveis” cometidas na República Democrática do Congo (RDC), entre 1993 e 2003, um período em que dezenas de milhares de pessoas foram mortas e muitas outras foram violadas e mutiladas, tanto por um grupo armado congolês como por forças militares estrangeiras.

“O período abrangido por este relatório é, provavelmente, um dos capítulos mais trágicos da história recente da RDC”, diz o relatório, o mais extenso publicado até à data, do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACDH).

“De facto, essa década caracterizou-se por uma série de grandes crises políticas, guerras e múltiplos conflitos étnicos e regionais que provocaram a morte de centenas de milhares, se não mesmo milhões de pessoas”.

Relatório preliminar da ONU confirma mais de 300 violações pelos rebeldes no Leste da RDC

Uma equipa de direitos humanos das Nações Unidas confirmou, a 24 de Setembro, que pelo menos 303 civis foram violados, durante um período de quatro dias, entre finais de Julho e princípios de Agosto, no Leste da República Democrática do Congo (RDC), avisando que o número de vítimas pode ser ainda superior.

“A escala e a selvajaria destas violações desafiam o nosso entendimento”, disse a Alta-Comissária para os Direitos Humanos, Navi Pillay.

“Mesmo no Leste do país, onde as violações têm sido um problema constante nos últimos 15 anos, este incidente sobressai pelo extraordinário sangue-frio e a maneira sistemática como estes crimes parecem ter sido planeados e executados”, acrescentou.

As vítimas identificadas são 235 mulheres, 52 raparigas, 13 homens e 3 rapazes. Pelo menos 923 casas, 42 lojas foram pilhadas e 116

pessoas foram sequestradas e levadas para locais onde terão de realizar trabalho forçado.

Na sua maioria, os ataques foram levados a cabo à noite, por um grupo de 200 homens provenientes de 3 grupos armados: os Mai Mai Cheka, as Forças Democráticas de Libertação do Ruanda (FDLR) e elementos próximos do Coronel Emmanuel Nsengiyumva, um desertor do exército congolês.

“O ciclo de impunidade e de violência sexual nesta parte da RDC tem de ser quebrado”. afirmou Navi Pillay, que recomenda que todas as vítimas recebam apoio psicológico e médico e recebam reparações.

“Apelo à comunidade internacional para que dê mais apoio à RDC”, concluiu.

[Para mais informações](#)

Conselho de Direitos Humanos: apelo aos Estados para que ajudem a melhorar situação das crianças deslocadas



A Representante Especial da ONU para as Crianças e Conflitos Armados, Radhika Coomaraswamy, apelou aos Estados, para que melhorem a situação das crianças deslocadas por conflitos, aquando da apresentação do seu relatório anual perante o Conselho de Direitos Humanos da ONU.

“Devemos trabalhar com os governos para pôr fim a estas práticas, de modo que as crianças deslocadas deixem de ser [tratadas como] cidadãos de segunda categoria, como se fossem estrangeiros no seu próprio país”, declarou.

“Não há, no mundo actual, criança mais vulnerável do que a criança deslocada devido a um conflito armado, forçada a deixar a sua casa e a sua comunidade”, acrescentou Coomaraswamy.

Segundo o relatório, pelo menos 13,5 milhões de crianças encontram-se deslocadas em situações de conflito armado.

Radhika Coomaraswamy exortou os 56 Estados-membros que ainda não o fizeram a ratificar o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à participação de crianças em conflitos armados.

[Para mais informações](#)

É necessário reforçar cooperação para combater tráfico de pessoas

A Relatora Especial sobre o Tráfico de Pessoas, em particular mulheres e crianças, Joy Ngozi Ezeilo, pediu um reforço do quadro normativo e político a nível regional, a fim de lutar contra o tráfico de pessoas, no final de uma reunião de alto nível sobre este tema, que decorreu de 4 a 5 de Outubro em Dacar, no Senegal.

“A assistência e a protecção dispensadas às vítimas não pode ser condicional, devendo responder às suas necessidades e respeitar os seus direitos humanos. As organizações regionais e sub-regionais devem, pois, velar por que os quadros normativos, as políticas e as práticas de integração dos direitos humanos sejam adaptados à idade das vítimas e tenham em consideração as questões

de género”, sublinhou Joy Ngozi Ezeilo, no final de dois dias de discussões entre peritos da luta contra o tráfico de pessoas das organizações regionais e sub-regionais.

Durante a reunião, peritos de África, das Américas, da Ásia, da Europa e do Médio Oriente discutiram questões ligadas à prevenção do tráfico de pessoas, à protecção das vítimas e aos quadros institucionais e normativos criados para combater o tráfico em todas essas regiões.

[Para mais informações](#)

Progressos no desenvolvimento africano impulsionados por inovações políticas, diz relatório apoiado pela ONU



A adopção de programas alargados de protecção social e de outras políticas inovadoras têm ajudado a impulsionar o avanço de África em direcção à realização dos oito Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), afirma um relatório preparado com o apoio das Nações Unidas. Segundo o relatório, intitulado *Assessing Progress in Africa Towards the Millennium Development Goals*, o continente fez enormes progressos em várias áreas, nomeadamente no que respeita à consecução do ensino universal, tendo atingido uma taxa de escolarização de 76% no ensino primário, em 2008, em comparação com 58%, em 1999.

Publicado conjuntamente pela Comissão Económica para África (ECA) das Nações Unidas, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Comissão da União Africana, e o Banco

Africano de Desenvolvimento, o relatório diz também que há mais de 90 raparigas por cada 100 rapazes nas escolas, enquanto as taxas de mortalidade das crianças com menos de cinco anos diminuíram de 184 por 1000, em 1990, para 144 por 1000, em 2008.

"As provas existem", disse Helen Clark, Administradora do PNUD. "Quando são introduzidas as políticas certas, é fácil tirar dezenas de pessoas da pobreza rapidamente, o que significa uma vida melhor para milhões de africanos".

Mas o relatório salienta que subsistem vários problemas que estão a dificultar a realização dos ODM, especialmente no que respeita a melhorar a saúde materna e o acesso a melhores infra-estruturas de saneamento.

[Para mais informações](#)

ONU pede 750 milhões de dólares para tratar 3,5 milhões de mulheres com fistula obstétrica, até 2015



na sua maioria vivem em zonas rurais e remotas no mundo em desenvolvimento".

A cirurgia reconstrutiva permite reparar a fistula e é possível tratar a maioria das mulheres, e, com cuidados psicossociais adequados, podem ser reintegradas na sua comunidade, mas há poucos serviços de saúde com capacidade para dispensar um tratamento de alta qualidade para a fistula obstétrica, devido ao número limitado de profissionais de saúde com as qualificações necessárias.

Para além da cirurgia, Ban Ki-moon mencionou a prevenção, observando que se trata de uma condição que é possível prevenir quase totalmente quando existe um acesso universal e equitativo a serviços de saúde materna e reprodutiva de qualidade.

Thoraya Ahmed Obaid, Directora Executiva do Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA) saudou o relatório. "Todos os anos, milhões de mulheres sofrem complicações e lesões devido à gravidez e ao parto", afirma numa declaração. "Trabalhando juntos, podemos assegurar que a fistula se torne uma coisa do passado".

[Para mais informações](#)

O Secretário-Geral Ban Ki-moon pede pelo menos 750 milhões de dólares para tratar aproximadamente 3,5 milhões de casos de fistula obstétrica, até 2015, numa tentativa de eliminar esta lesão causada por obstruções durante o parto.

"A fistula obstétrica é uma das consequências mais devastadoras da falta de assistência durante o parto e um exemplo inequívoco das desigualdades que existem na área da saúde no mundo", afirma o Secretário-Geral, num relatório à Assembleia Geral divulgado a 11 de Outubro, em que pede uma intensificação do investimento em intervenções eficazes em termos de custos, nomeadamente intervenções cirúrgicas, para resolver um problema que afecta as mulheres e as torna incontinentes.

"Embora se trate de um problema que foi eliminado no mundo desenvolvido, a fistula obstétrica continua a afectar as mulheres e raparigas mais pobres, que

FAO: número de pessoas com fome diminui, mas continua a ser inadmissível



dos bens alimentares poderiam entravar os esforços de redução da fome.

"Medidas vigorosas tomadas com carácter de urgência pelos governos e o mundo inteiro revelaram-se eficazes para deter a escalada dos números da fome", refere a Directora Executiva do PAM, Josette Sheeran. "Mas não é o momento de baixarmos a guarda. Devemos manter o ímpeto, para garantir a estabilidade e proteger a vida e a dignidade humanas".

O número de pessoas com fome no mundo passou de 1023 milhões, em 2009, para 925 milhões, em 2010, segundo um estudo da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e do Programa Alimentar Mundial (PAM), mas este número continua a ser "totalmente inadmissível".

"Uma criança morre a cada 6 segundos de complicações ligadas à malnutrição. A fome continua a ser a maior tragédia do mundo e um escândalo", afirmou o Director-Geral da FAO, Jacques Diouf.

Com estes níveis elevados de fome no mundo, é extremamente difícil atingir não só o primeiro Objectivo de Desenvolvimento do Milénio (ODM) mas também todos os outros, alertou Jacques Diouf.

"A consecução dos objectivos de redução da fome acordados pela comunidade internacional está seriamente ameaçada", acrescentou, fazendo notar que, a manterem-se, as recentes subidas de preços

O facto de o número das pessoas subalimentadas continuar a aumentar, mesmo em período de forte crescimento e de preços relativamente baixos, demonstra que a fome é um problema estrutural, sublinha a FAO. Por conseguinte, é manifesto que o crescimento económico, apesar de essencial, não bastará para eliminar a fome dentro de prazos aceitáveis, acrescenta esta Organização. "No entanto, observamos êxitos em África, na Ásia e na América Latina, êxitos que devem ser reproduzidos em grande escala", sublinha Jacques Diouf.

[Para mais informações](#)

Doadores prometem milhões para ajudar o fundo destinado a combater a SIDA, a tuberculose e a malária



"Graças ao vosso trabalho, graças à vossa participação empenhada, estamos a salvar milhões de vidas. E havemos de salvar mais milhões ainda", disse o Secretário-Geral Ban Ki-moon aos participantes reunidos na reunião para reconstituição do Fundo.

Países doadores, fundações privadas, empresas e indivíduos reunidos na sede das Nações Unidas prometeram novos fundos para a parceria mundial de luta contra três doenças mortíferas – o VIH/SIDA, a tuberculose e a malária.

Calcula-se que os programas apoiados pelo Fundo Mundial de Luta contra a SIDA, Tuberculose e Malária já tenham salvado milhões de vidas, assegurando tratamento contra a SIDA a 2,8 milhões de pessoas e contra a tuberculose a 7 milhões de pessoas, para além de terem distribuído 122 milhões de redes mosquiteiras para prevenção da malária.

"Juntos, estamos a escrever uma das grandes histórias de sucesso do século XXI", acrescentou.

"O dinheiro prometido por vos salva vidas. É tão simples quanto isso. Além do mais, dá esperança", afirmou o Secretário-Geral.

"Investir no Fundo Mundial – e, sejam claros, trata-se de um investimento – tem-se revelado um motor poderoso do desenvolvimento".

Lançamento da iniciativa apoiada pela ONU com vista a eliminar a tuberculose

Uma nova iniciativa destinada a combater a tuberculose, que mata quase dois milhões de pessoas no mundo inteiro, todos os anos, poderá acelerar o avanço em direcção à eliminação desta doença, se os governos e os doadores mobilizarem fundos suficientes para o plano, disse, a 13 de Outubro, a Organização Mundial de Saúde (OMS).

Embora a tuberculose seja curável, o tratamento exige uma combinação de medicamentos, durante pelo menos seis meses. Os laboratórios

da maioria dos países continuam a utilizar um método de diagnóstico criado há cem anos. O novo projecto agora divulgado pela parceria "Fim à Tuberculose", apoiada pela OMS, pretende mostrar aos serviços de saúde pública como podem promover o acesso universal ao tratamento da tuberculose, bem como formas de modernizarem os laboratórios de diagnóstico e adoptarem testes revolucionários lançados recentemente.

[Para mais informações](#)

São necessários mais avanços, apesar do recente declínio do número de mortes maternas

Embora o número de mortes maternas tenha sofrido uma redução de um terço, recentemente, quatro organismos da ONU sublinharam que é preciso fazer mais para salvar vidas de mulheres, uma vez que continuam a morrer diariamente 1000 mulheres, devido a complicações durante a gravidez e o parto.

Segundo um novo relatório publicado, a 15 de Setembro, pela Organização Mundial de Saúde (OMS), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA) e o Banco Mundial, o número de mortes materna baixou 34%, tendo passado de 546 000, em 1990, para 358 000, em 2008.

"A redução, a nível mundial, das taxas de mortalidade materna é uma notícia animadora", disse a Directora-Geral da OMS, Margaret Chan.

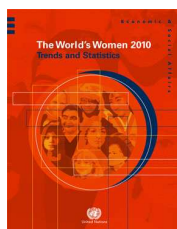
Ao mesmo tempo, a OMS referiu que, embora os progressos mencionados no relatório sejam notáveis, a taxa anual de redução das mortes maternas é inferior à que seria necessária para alcançar a meta do ODM 5.

"Para alcançar o objectivo de melhorar a saúde materna a nível mundial e salvar vidas de mulheres, temos de fazer mais para chegar até àquelas que correm maiores riscos", disse o Director Executivo da UNICEF, Anthony Lake.

"Todos os partos deveriam ser seguros e todas as gravidezes deveriam ser desejadas", declarou a Directora Executiva do UNFPA, Thoraya Ahmed Obaid. "A falta de cuidados de saúde materna viola os direitos das mulheres à vida, à saúde, à igualdade e à não discriminação.

[Para mais informações](#)

Violência contra as mulheres é um fenómeno mundial



A violência contra as mulheres continua a ser generalizada em todo o mundo e a ser exacerbada pelas tradições e práticas consuetudinárias que determinam a forma como as mulheres são tratadas nas famílias, locais de trabalho e comunidades, segundo um novo relatório da ONU divulgado hoje.

O flagelo "é um obstáculo à realização dos objectivos de igualdade, desenvolvimento

e paz, segundo o relatório *The World's Women 2010: Trends and Statistics*, publicado pelo Departamento de Assuntos Económicos e Sociais (DESA).

"Em todas as sociedades, em maior ou menor grau, as mulheres e as raparigas são sujeitas a maus tratos físicos, sexuais e psicológicos, independentemente do seu nível de rendimento, da classe social a que pertencem e da cultura. O baixo estatuto social e económico das mulheres pode ser uma causa e uma consequência dessa violência", diz o relatório, cuja divulgação coincidiu com o primeiro Dia Mundial da Estatística.

[Para mais informações](#)

Michelle Bachelet chefiará a ONU Mulheres



conferência de imprensa, na sede da ONU, em Nova Iorque.

"Michelle Bachelet vai trazer para este cargo uma experiência de envergadura internacional e dinamismo. Possui competências políticas de alto nível e uma capacidade fora do comum para criar consensos, afirmou Ban Ki-moon.

O Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, nomeou a antiga Presidente do Chile, Michelle Bachelet, chefe da ONU Mulheres, a entidade encarregada de defender no mundo inteiro os interesses das mulheres e das raparigas, e cuja criação foi adoptada por unanimidade pela Assembleia Geral, no passado dia 2 de Julho.

As operações e os meios da nova estrutura dependerão das contribuições voluntárias dos Estados-membros. No passado mês de Julho, os Estados-membros acordaram em que 500 milhões de dólares seria o montante mínimo a reunir para o lançamento [da nova entidade]. A ONU Mulheres passará a estar operacional em Janeiro de 2011.

"A criação da ONU Mulheres é o resultado de quatro anos de trabalho e de esforços envidados pelos Estados-membros e seus parceiros que partilham os nossos compromissos", declarou Ban Ki-moon, numa

[Para mais informações](#)

Relatório do UNFPA estabelece ligação entre paz, segurança e desenvolvimento e direitos e empoderamento das mulheres



Executiva do UNFPA, Thoraya Ahmed Obaid, no lançamento do relatório.

As resoluções do Conselho de Segurança orientam a resposta da comunidade internacional a um conflito e estabelecem um quadro para as acções que visam proteger as mulheres e assegurar a sua participação na consolidação da paz e na reconciliação, "mas não substituem os esforços a desenvolver ao nível das comunidades para empoderar as mulheres e criar uma resiliência a longo prazo a qualquer tipo de crise", sustenta o relatório.

Quando as mulheres têm acesso aos mesmos direitos e oportunidades que os homens, são mais resilientes a um conflito e a uma catástrofe e podem dirigir os esforços de reconstrução e de renovação na sociedade a que pertencem, afirma o relatório *A Situação da População Mundial 2010*, publicado, a 20 de Outubro, pelo Fundo das Nações Unidas para a População, UNFPA.

A publicação do relatório coincide com o décimo aniversário da histórica resolução 1325 do Conselho de Segurança que tem como objectivos pôr termo à violência contra as mulheres e as raparigas, em conflitos armados, e incentivar uma maior participação das mulheres nas iniciativas de consolidação da paz.

"Os governos têm de aproveitar as oportunidades que surgem no pós-conflito ou depois de uma catástrofe para aumentar as possibilidades de os países não serem apenas reconstruídos, mas construídos de novo e melhor e serem renovados, de modo que as mulheres e os homens vivam em condições de igualdade, que todos gozem de direitos e tenham oportunidades e que se lance a base do desenvolvimento e da segurança a longo prazo", sustenta o relatório.

"Quando as mulheres e raparigas sofrem uma discriminação profunda, são mais vulneráveis aos piores efeitos de uma catástrofe ou de uma guerra, nomeadamente a violação, e menos provável é que contribuam para a consolidação da paz, o que constitui uma ameaça à recuperação a longo prazo", disse a Directora

Se é um facto que um conflito e uma catástrofe podem agravar as desigualdades entre homens e mulheres, declarou Thoraya Obaid, "a recuperação de um conflito e de uma catástrofe também constitui uma oportunidade única – uma oportunidade para corrigir as desigualdades, garantir uma protecção igual nos termos da lei e criar espaço para mudanças positivas".

OIT lança nova base de dados sobre indicadores de curto prazo*



A crise do emprego em numerosas regiões do Mundo suscitou da parte da Organização Internacional do Trabalho (OIT) um esforço importante para manter as estatísticas do trabalho actualizadas, com o objectivo de apoiar o trabalho de analistas e decisores políticos neste contexto de crise.

No dia Mundial da Estatística, 20 de Outubro, o Departamento de Estatísticas da OIT (STATISTICS) anunciou esta nova base de dados, que contém informação de actualização mensal, com indicadores de curto prazo.

De acordo com o Director do Departamento de Estatística da OIT, “os governos, as organizações de empregadores, os sindicatos, os analistas do mercado de trabalho e os meios de comunicação contam agora com uma ferramenta de estatística avançada acerca do emprego, que lhes permite acompanhar a evolução dos mercados de trabalho, compreender e analisar melhor os acontecimentos recentes”.

Setenta países disponibilizaram até Setembro de 2010 essa informação para esta nova base de dados, estando de momento disponíveis 40 indicadores desagregados por sexo.

Além disso está também acessível um mapa interactivo que contém a maior parte dos dados organizados por país e tema. Os perfis dos países oferecem uma visão geral rápida e precisa da situação do mercado de trabalho de cada país, enquanto a informação organizada por tema permite a comparação entre países e uma análise global.

Os dados são recolhidos em estreita colaboração com os Institutos Nacionais de Estatística dos países membros, tendo este processo sido

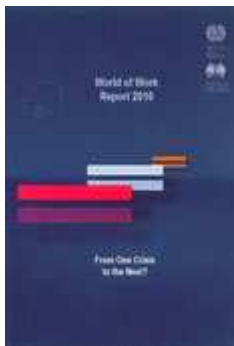
otimizado para extrair a maior quantidade de informação no menor período de tempo possível.

Numa declaração por ocasião do Dia Mundial da Estatística, Juan Somavia, Director geral da OIT, referiu “Hoje tenho de render homenagem ao empenhamento e ao trabalho determinado de uma série de instituições nacionais, em particular organizações de empregadores e de trabalhadores, que produzem os inquéritos, os censamentos, as fontes administrativas e outras que nos permitem juntar os dados e colocá-los à disposição da comunidade internacional. Devemos imperativamente encontrar os meios para apoiar e reforçar a capacidade estatística que favorece a elaboração de políticas de qualidade”.

Esta base de dados pode ser acedida a partir do sitio da Sede da OIT em Genebra <http://laborsta.ilo.org/> (novidades)

* **Colaboração do Escritório da OIT em Lisboa**

Perspectivas de emprego sombrias, apesar da recuperação da economia mundial



As perspectivas de emprego agravaram-se em muitos países, apesar de haver sinais de que a economia mundial está de novo a crescer, após uma recessão, a situação de depressão nos mercados laborais deverá manter-se até 2014, diz a Organização Internacional do Trabalho (OIT), num relatório publicado a 30 de Setembro.

“Não obstante estes avanços consideráveis, surgiram novas nuvens no horizonte do emprego e as perspectivas agravaram-se significativamente, em muitos países”, diz a OIT, num estudo levado a cabo pelo seu instituto de investigação, BIT.

O relatório *World of Work Report 2010 – from one crisis to the next?* reconhece que, após três anos de crise económica, a economia mundial recomeçou a crescer, havendo alguns países, em especial as economias emergentes da Ásia e da América Latina, que dão sinais animadores de recuperação do emprego. Mas, mesmo nestes países, continuam a ser necessários mais de 8 milhões de empregos para se

regressar aos níveis anteriores à crise.

Segundo o estudo, a manterem-se as políticas actuais, a recuperação do emprego, com um regresso aos níveis de 2013, só poderá ter lugar em 2015, nas economias avançadas, e não em 2013, como indicavam as projecções do ano passado.

Raymond Torres, principal autor do relatório, disse que há duas razões que explicam as perspectivas mais sombrias.

“A primeira é que as medidas de estímulo orçamental, que foram decisivas para evitar uma crise mais profunda e ajudaram a que a economia se relançasse, estão a ser retiradas em países onde a recuperação, se é que existe, é demasiado fraca”, disse. “O segundo factor – e o mais importante – é que as causas profundas da crise ainda não foram devidamente combatidas”.

Segundo o relatório, a “coexistência de um crescimento impulsionado pelo endividamento privado, em certos países desenvolvidos, e de um crescimento assente em exportações, nas economias emergentes, revelou ser o calcanhar de Aquiles da economia mundial”.

[Para mais informações](#)

OIT e FMI pedem políticas mundiais de criação de emprego para estimular as economias

Os chefes da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Fundo Monetário Internacional (FMI) juntaram-se a outros dirigentes para apelar a um amplo empenhamento mundial em políticas destinadas a criar emprego, com vista a travar o abrandamento económico que está a flagelar o mundo.

Numa conferência realizada na capital norueguesa, Oslo, organizada pelo Primeiro-Ministro da Noruega, Jens Stoltenberg, e co-patrocinada pelo FMI e a OIT, dirigentes políticos e sindicais, chefes de empresas e académicos discutiram o aumento acentuado das taxas de desemprego e subemprego, desde que a crise financeira abalou a economia mundial em 2008.

“A comunidade internacional tem de responder ao impacto muito real que a crise está a ter nos trabalhadores”, declarou Dominique Strauss-Kahn, Director-Geral do FMI.

Juan Somavia, Director-Geral da OIT, disse: “Quando o crescimento não é equitativo, torna-se insustentável. Esta tem sido a grande lição da crise. Um dos objectivos macroeconómicos fundamentais, para além de uma inflação baixa e orçamentos sustentáveis, deve ser um nível elevado de criação de emprego”.

“Temos de conduzir a globalização na direcção certa. Para isso é necessário garantir a coerência e equilíbrio das políticas, bem como a coordenação e o diálogo entre as instituições e os países. Esta conferência representou um passo importante nessa direcção”, acrescentou Juan Somavia.

Durante a conferência, o FMI e a OIT concordaram em cooperar entre si na formulação de políticas em duas áreas específicas. Irão explorar o conceito de um “nível mínimo de protecção social” para as pessoas que vivem na pobreza e as que se encontram em situações vulneráveis, no contexto de um quadro de políticas macroeconómicas e estratégias de desenvolvimento sustentáveis a adoptar, de médio a longo prazo. Em segundo lugar, as duas instituições vão concentrar-se em políticas destinadas a promover uma maior criação de empregos.

Chegou-se também a acordo sobre o papel fulcral que um diálogo social eficaz pode desempenhar com vista a gerar o consenso necessário para abordar os problemas difíceis de ajustamento criados pela crise e assegurar que as consequências sociais da crise e o seu impacto sejam plenamente tidos em conta.

[Para mais informações](#)

Espécies marinhas ameaçadas pela poluição e pelas alterações climáticas



A poluição, a sobrepesca e as alterações climáticas estão a ter um impacto cada vez mais prejudicial nos oceanos do mundo, aumentando o risco de extinção de espécies marinhas indígenas em todas as regiões, adverte hoje um novo relatório das Nações Unidas.

Prevê-se que a produtividade e, consequentemente, as capturas diminuam em todas as zonas até 2050, no mundo inteiro, e que as pescarias passem a ser constituídas em grande medida por espécies mais pequenas, situadas a um nível mais baixo da cadeia alimentar,

afirma o relatório do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA), *Marine Biodiversity Assessment and Outlook: Global Synthesis*.

"Desligar o crescimento de níveis crescentes de poluição é o principal desafio que esta geração enfrenta", declarou Achim Steiner, Director Executivo do PNUA. "Não há área nenhuma em que isso seja mais evidente do que a da saúde actual e futura dos mares e oceanos do mundo. Serviços que valem vários biliões de dólares, incluindo a pesca, o controlo do clima e os serviços que estão na base de indústrias como o turismo estão em risco, se os impactos no meio marinho não forem controlados e reduzidos".

[Para mais informações](#)

Desflorestação põe em perigo a biodiversidade, mas há algumas tendências animadoras

As taxas elevadas de desflorestação e degradação das zonas arborizadas continuam a ameaçar a biodiversidade das florestas do mundo, disse a Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO), acrescentando, porém, que se está a verificar uma tendência positiva para a conservação das florestas em muitos países.

Segundo o relatório da FAO *Global Forest Resources Assessment 2010*, entre 2000 e 2010, no mundo inteiro perderam-se, por ano, aproximadamente 13 milhões de hectares de florestas que foram convertidos para outras utilizações - incluindo a agricultura - ou devido a causas naturais, em comparação com 16 milhões de hectares, durante a década de 1990.

Outras ameaças à biodiversidade das florestas são a gestão insustentável das florestas, as alterações climáticas, os fogos florestais, as pragas de

insectos e doenças, as catástrofes naturais e as espécies invasivas - que estão todas a causar danos graves em alguns países.

"As florestas do mundo representam uma fonte fundamental de diversidade biológica florestal. Esta biodiversidade é um tesouro importante, especialmente porque as florestas não só terão de se adaptar às alterações climáticas como se espera também que ajudem a atenuá-las", declarou Eduardo Rojas, Director-Geral Adjunto da FAO. "São urgentemente necessários maiores investimentos na gestão sustentável das florestas, a fim de se conservar e gerir melhor a biodiversidade florestal", acrescentou.

[Para mais informações](#)

Países chegam a acordo sobre os próximos passos a dar, tendo em vista negociações da ONU sobre alterações climáticas que se vão iniciar em breve



Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas que teve lugar em Tianjin, na China.

A Secretária Executiva da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC) disse, a 9 de Outubro que os países tinham efectuado progressos quanto àquilo que se poderá vir a acordar nas negociações que terão início no próximo mês em Cancun, no México.

"Esta semana aproximou-nos de um conjunto estruturado de decisões sobre as quais será possível chegar a acordo em Cancun. Os governos consideraram aquilo que é viável fazer em Cancun e o que terá, talvez, de ficar para mais tarde", declarou Christiana Figueres, no último dia da

Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas que teve lugar em Tianjin, na China. A Secretária Executiva da CQNUAC disse que os governos haviam discutido cada elemento do pacote de decisões que terão de concluir quando se reunirem em Cancun de 29 de Novembro a 10 de Dezembro. Entre elas incluem-se uma visão comum a longo prazo, a adaptação aos efeitos inevitáveis das alterações climáticas, a redução das emissões de gases com efeito de estufa, os principais elementos operacionais do financiamento das acções no domínio do clima e o reforço de capacidades, bem como o futuro do Protocolo de Quioto.

[Para mais informações](#)

ONU promove cimeira para definir estratégia mundial destinada a salvar a biodiversidade

Delegados do mundo inteiro reuniram-se na cidade japonesa de Nagoya para participar numa conferência das Nações Unidas destinada a discutir uma nova estratégia para travar a perda alarmante da biodiversidade do planeta, que se deve, em grande medida à actividade humana, uma tendência que, segundo os peritos, está a ameaçar a capacidade do planeta para assegurar o bem-estar humano.

"Vai ser-nos dada, aqui, uma oportunidade de definir a paisagem e a trajectória da resposta humana à perda dos seus bens naturais e recursos da natureza de formas profundas e transformadoras", disse Achim Steiner, Director Executivo do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA), ao falar na sessão de abertura da Conferência das Partes na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), a 18 de Outubro.

Durante o evento, com a duração de dez dias, mais de 15 000 participantes, que representam as 193 Partes e os seus parceiros, deverão concluir as negociações sobre um novo plano estratégico em matéria de biodiversidade para o período de 2011-2020.

[Para mais informações](#)

Estudo da ONU realça enorme valor económico e social dos ecossistemas

As empresas e os decisores políticos têm de reconhecer o tremendo valor económico dos ecossistemas, bem como os custos sociais e económicos de se perderem recursos naturais como as florestas, a água doce, os solos e os recifes de corais, diz um novo relatório das Nações Unidas, divulgado a 20 de Outubro.

O relatório, elaborado pelo projecto Economia dos Ecossistemas e Biodiversidade (TEEB), apoiado pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA), pretende levar o mundo a reconhecer as consequências económicas de não



se travar a perda alarmante de espécies causada pelo desaparecimento de habitats, pela poluição e pela sobreexploração dos ecossistemas para fins lucrativos.

O estudo pede um maior reconhecimento do contributo da natureza para os meios de vida, saúde, segurança e cultura humanos por parte dos decisores políticos a todos os níveis.

[Para mais informações](#)

Crime organizado: confrontada com um fenómeno global, ONU adverte do perigo



“O crime organizado desenvolveu-se em proporções sem precedentes, com a globalização”, sublinhou o Director do Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODC), Yuri Fedotov, na abertura da reunião anual das Partes organizada em Viena, nesta semana.

Yuri Fedotov exortou a uma aplicação mais vigorosa da Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional, adoptada há dez anos na cidade italiana de Palermo.

Classificando o texto – ratificado desde então por 157 Estados e que constitui a base dos procedimentos mundiais de extradição e auxílio judiciário recíproco – de “instrumento jurídico potentes mas subtilizado”, considerou que os Estados

precisavam de estar “mais sensibilizados para os meios de aplicarem esse texto e o utilizarem para reforçar a sua cooperação”.

Na sua opinião, a Convenção proporciona, efectivamente, um quadro jurídico adaptado à acção dos serviços de polícia e de repressão do crime organizado, permitindo-lhes que coordenem melhor os seus esforços, graças a investigações transfronteiriças e à partilha de informações.

A Convenção de Palermo apresenta, ademais, uma definição de criminalidade transnacional suficientemente ampla para englobar todas as novas formas de criminalidade surgidas nestes últimos anos, devido à globalização e à explosão das novas tecnologias da informação.

“Com as suas medidas precisas, previstas para lutar contra o branqueamento de capitais, confiscar os activos bancários ou obter o levantamento do sigilo bancário, a Convenção de Palermo permite atingir os criminosos no ponto álgico, acabando com a liquidez tão indispensável às suas actividades”, sublinhou Yuri Fedotov.

[Para mais informações](#)

Saúde e direitos humanos estarão no centro das prioridades do UNODC, segundo novo Director Executivo



Podemos desempenhar um papel no combate mundial à pobreza e na consecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio”, acrescentou.

Nomeado pelo Secretário-Geral da ONU, Yuri Fedotov manifestou o desejo de, no seu novo cargo, dar um contributo importante para a luta contra “o tráfico de pessoas, a opressão das comunidades por dirigentes corruptos, os sistemas de justiça injustos ou a marginalização dos consumidores de drogas”.

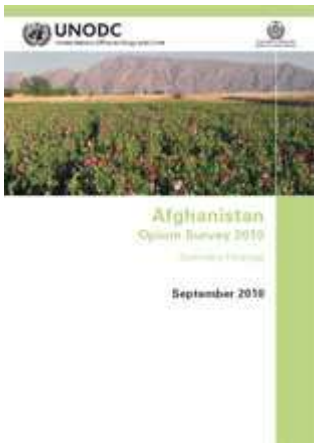
“Os consumidores de drogas precisam de um tratamento humano e eficaz e não de sanções”, disse, sublinhando que a toxicod dependência é um problema de saúde.

Ao assumir as suas funções à frente do Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODC), Yuri Fedotov, expressou a sua vontade de pôr o acesso à saúde, a protecção dos direitos humanos e a promoção da justiça no centro da acção deste organismo.

“O UNODC trabalha para melhorar a vida das populações e das comunidades do mundo inteiro. É por isso que a saúde pública e os direitos humanos devem estar no centro das suas prioridades”, sublinhou.

“Desejo que este organismo contribua significativamente para o progresso económico e social.

Produção de ópio no Afeganistão baixou quase para metade



que significa uma baixa de 48% em comparação com 2009.

“Essas regiões são dominadas pelos insurrectos e as redes de crime organizado. Isso sublinha a ligação entre a cultura da papoila e a insegurança no Afeganistão, uma tendência que temos observado desde 2007”, acrescentou.

O UNODC precisa que a baixa da produção de ópio favoreceu o aumento dos preços no mercado. Enquanto o preço do quilo era de 64 dólares, em 2007, actualmente eleva-se a 169 dólares, o que representa uma inflação de 164%.

“Se os preços continuarem a aumentar, isso significará que existe uma falta de stocks no mercado. Se os preços baixarem, isso significará que os stocks acumulados durante os últimos anos de superprodução começam a entrar no mercado”, explicou o Director do UNODC.

“Precisamos de uma estratégia global para apoiar os agricultores no Afeganistão, proporcionando-lhes acesso aos mercados e um ambiente seguro. A estabilidade e a segurança, em conjugação com uma alternativa sustentável, darão aos agricultores a oportunidade de construir uma vida que não dependa da cultura do ópio”, afirmou, a concluir.

Embora a cultura da papoila se mantenha estável em relação a 2009, a produção de ópio baixou para metade em 2010, refere um novo relatório do Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODC).

“É uma boa notícia, mas não há lugar para um falso optimismo; o mercado pode voltar a ser mais lucrativo para os cultivadores de papoila e, portanto, temos de acompanhar esta situação mais de perto”, afirmou o Director Executivo do UNODC, Yuri Fedotov.

A maior parte das culturas está concentrada nas regiões sul e oeste do país. Em 2010, cerca de 123 000 hectares são dedicados à cultura do ópio quando, em 2007, a superfície atingia os 193 000 hectares. A produção total, em 2010, está estimada em 3600 toneladas métricas, o

Somália e Estados Unidos deveriam ratificar a Convenção sobre os Direitos da Criança

A Presidente do Comité dos Direitos da Criança apelou à Somália e aos Estados Unidos, para que ratifiquem a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), uma vez que são os dois únicos países que ainda o não fizeram.

“Tendo presentes os melhores interesses da crianças, reiteraria, com todo o respeito, o nosso apelo a esses Estados, para que ratifiquem a Convenção sobre os Direitos da Criança”, disse Yanghee Lee perante a Terceira Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

O tratado é o primeiro instrumento internacional juridicamente vinculativo a incorporar todos os direitos humanos – civis, culturais, económicos, políticos e sociais – dos jovens com menos de 18 anos.

Yanghee Lee apelou também à ratificação universal até 2012 dos dois protocolos facultativos à Convenção (sobre a participação de crianças em conflitos armados e sobre a venda de crianças, a prostituição infantil e a pornografia infantil). Actualmente, 139 Estados

ratificaram o primeiro destes protocolos e 141, o segundo.

Este ano, o Comité e os seus parceiros lançaram uma campanha para assegurar a ratificação universal dos dois protocolos facultativos até 2012, ano em que se comemora o décimo aniversário da sua entrada em vigor, e para consciencializar as pessoas da obrigação de os Estados partes garantirem que as suas leis nacionais respeitem esses protocolos.

O Comité dos Direitos da Criança foi criado em virtude dos art.º 43.º da Convenção sobre os Direitos da Criança com o objectivo de controlar a aplicação, pelos Estados Partes, das disposições desta Convenção, bem como dos seus dois Protocolos Facultativos.

UM OLHAR SOBRE A ONU*

Foi o melhor dos tempos, foi o pior dos tempos

Conheci a Professora Paula Escarameia em 1993, no terceiro ano do curso de relações internacionais no ISCSP. Foi a minha professora de direito internacional público. O entusiasmo, dedicação e amor que ela dedicava aos alunos e às matérias rapidamente fizeram dela uma das nossas professoras favoritas bem como uma das mais respeitadas. A infinita paciência com que nos ouvia e aproveitava todos os pequenos fragmentos de inteligência na maré da nossa manifesta ignorância e os transformava em pontos de partida para o nosso estudo era notável e revelava uma dedicação que raramente voltei a encontrar, mas que reencontro espelhada em alunos da altura e de agora da Professora.

Voltei a cruzar-me com ela no Mestrado em Relações Internacionais, na cadeira de sistema das Nações Unidas, e aí voltou a impressionar-me com as suas histórias contadas na primeira pessoa, as suas experiências que generosamente partilhava mas, sobretudo, com a facilidade com que comunica e ensinava temas complexos e, a bem da verdade, densos e difíceis de apreciar.

A minha admiração foi crescendo ao longo dos anos e acompanhei com paixão e reverência de eterna aluna a sua eleição para a Comissão de Direito Internacional (de ambas as vezes).

Partilhámos outras vitórias, outros insucessos também, mas de todas as vezes que a procurei encontrei empatia, curiosidade e um profundo respeito pelo caminho que fui traçando para mim. Nunca qualquer feito menor lhe mereceu outra reacção que não entusiasmo, apoio e um incentivo a que prosseguisse em diante. A fundação da Associação Portuguesa das Nações Unidas foi um projecto partilhado, ambicionado e que nos aproximou em torno de um sonho comum.

Vi-a pela última vez num dia que descreveu como óptimo, rodeada de amigos que lhe queriam muito e bem.

É essa a Paula Escarameia que guardo. A mulher forte, inteligente, brilhante que em dez minutos nos traçava a evolução dos direitos humanos ao longo do século XX com uma habilidade que nos levava a pensar que sempre soubéramos aquilo, que apenas estávamos à espera de alguém que nos fizesse recordar; que falava da protecção de indivíduos em caso de desastres naturais como se toda a vida essa tivesse sido a sua tarefa; que moveu tanta gente e tantas mentalidades a favor da autodeterminação de Timor-Leste, dos direitos humanos das mulheres, do Tribunal Penal Internacional, dos direitos humanos com história de amor. A Paula Escarameia que inspirou tantos

jovens alunos e docentes, que nos mostrou a sabedoria em todos nós, o deus das pequenas coisas em cada humano. Foi grande em toda a sua humildade e inspiradora em toda a sua sabedoria.

Partiu antes do tempo porque nunca é tempo para ficarmos sem os nossos melhores.

Portugal fica mais pobre e as Nações Unidas perdem alguém que não só deu voz aos seus valores e princípios como lhes deu alma e corpo. Honrar a sua memória é trabalhar as causas que foram suas com o mesmo compromisso de quem quer fazer deste um mundo melhor.

“Foi o melhor dos tempos, / foi o pior dos tempos, / foi a idade da sabedoria, / foi a idade da tolice, / foi a época da fé, / foi a época da incredulidade, / foi a estação da luz, / foi a estação das trevas, / foi a primavera da esperança, / foi o inverno do desespero / tínhamos tudo diante de nós, tínhamos nada diante de nós.”

Charles Dickens, A Tale of Two Cities

Mónica Ferro

Docente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

* Os artigos publicados nesta secção expressam exclusivamente os pontos de vista da autora, não devendo ser interpretados como reflectindo a posição da ONU.

A ONU e a UE

(<http://www.europa-eu-un.org/>)

Safety and security of humanitarian personnel and protection of UN personnel - Introductory remarks by EU Head of Delegation Serrano (13 de Setembro)

http://www.europa-eu-un.org/articles/en/article_10204_en.htm

EU Commission President Barroso to push for global commitment and shared responsibility in the fight against poverty at UN High Level Summit on Millennium Development Goals (16 de Setembro)

http://www.europa-eu-un.org/articles/en/article_10087_en.htm

"Women, Peace and Security" - Speech by EU Commissioner Georgieva at UN Ministerial Meeting (25 de Setembro)

http://www.europa-eu-un.org/articles/en/article_10137_en.htm

Biodiversity: Assessment confirms EU missed 2010 target, but important lessons learned (8 de Outubro)

http://www.europa-eu-un.org/articles/en/article_10174_en.htm

EU Statement - United Nations 3rd Committee: Advancement of Women (11 de Outubro)

http://www.europa-eu-un.org/articles/en/article_10188_en.htm

EU Council Conclusions on preparations for UN Framework Convention on Climate Change, Cancun (14 de Outubro)

http://www.europa-eu-un.org/articles/en/article_10214_en.htm

EU Statement - United Nations Security Council: Open Debate on the Situation in the Middle East, including the Palestinian question (18 de Outubro)

http://www.europa-eu-un.org/articles/en/article_10223_en.htm

EU Statement - United Nations 3rd Committee: Human Rights (19 de Outubro)

http://www.europa-eu-un.org/articles/en/article_10224_en.htm

Groundbreaking report reveals critical economic importance of biodiversity (20 de Outubro)

http://www.europa-eu-un.org/articles/en/article_10229_en.htm

O CANTO DA RÁDIO ONU*

A Rádio ONU entrevistou o ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação de Moçambique, Oldemiro Balói

Rádio ONU: A Rádio ONU em Nova Iorque, tem o enorme prazer em rever e agora conversar com o ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique, Oldemiro Balói. Ministro, em primeiro lugar, muito obrigada por esse tempo que o senhor está concedendo à Rádio ONU. Gostaria de começar perguntando sobre a questão da performance de Moçambique. O país vem sendo muito elogiado por organizações internacionais, organismos internacionais, como o FMI, como o Banco Mundial, pela política económica, financeira que vem implementando. Mas, no seu próprio discurso na Assembleia Geral, o senhor falou que a crise económica também dificultou um pouco as coisas para Moçambique. Gostaria que comentasse um pouco como está a situação económica do país e como o Governo vem atuando para reagir a essa crise financeira que é mundial.

Oldemiro Balói: É com muito prazer que volto a estar aos microfones da Rádio ONU. Em relação à pergunta que acaba de me fazer, o país tem uma experiência intensa de lidar com situações adversas - as guerras, as crises. E definiu, desde então, uma estratégia clara de como prosseguir com os seus objetivos de trazer prosperidade e bem-estar para os moçambicanos. A transição da emergência para o desenvolvimento, a mudança de atitude de uma extrema dependência da ajuda externa para se passar a ver a ajuda externa como um complemento do esforço interno, explica em grande medida os bons resultados de Moçambique. E, depois, é o rigor na aplicação das políticas macroeconómicas e sociais. Agora o ritmo de crescimento do país tem sido muito rápido e a redistribuição da riqueza não tem acompanhado esse ritmo de crescimento. Primeiro, porque ainda não atingiu os níveis desejáveis para que haja riqueza substancial para distribuir. O que existe é uma tendência de crescimento acentuado. Mas a questão da componente social tem estado bem presente. Daí o objectivo central do Governo ser o combate à pobreza. Qual o impacto das diferentes crises no país? Na crise alimentar, procuramos ver uma oportunidade. Moçambique tem condições agro-meteorológicas muito boas e, portanto, há que aproveitá-las para se produzir comida, não só para o consumo mas também para exportação. A crise energética, essa sim, tem efeitos perversos. A crise económica e financeira, por um lado, mostrou que Moçambique tem seguido uma política monetária e fiscal prudentes. Mas percebemos logo que variáveis como exportação, investimento, turismo, entre outras, seriam bastante afetadas. E é isso que tem estado a acontecer.

RO: Ministro, como é que o Governo analisou os protestos recentes que ocorreram? E que medidas foram tomadas para, enfim, lidar com esse caso daqui para a frente?

OB: Os protestos estão na senda do que eu disse anteriormente. Há uma tendência de crescimento grande do país, mas a partir de uma base baixa. Portanto, temos de trabalhar muito, temos que ser mais produtivos, para que a oferta de bens e de serviços possa dar lugar a um processo de redistribuição que beneficie efetivamente as populações. Estabelecido o objetivo de luta contra

a pobreza, sempre foi claro para nós que há dois tipos de pobreza: pobreza rural e pobreza urbana. Pelo peso, pela maior gravidade de que se reveste, a pobreza rural tem merecido maior atenção do Governo. E a pobreza urbana, embora mereça atenção, é de um tratamento mais complexo e os resultados não têm sido os melhores. Isso explica os tumultos. Agora, interessa talvez aqui dar uma perspectiva de evolução do tratamento da pobreza. Em Moçambique, começámos por ter um Programa de Ajustamento Estrutural, depois rebaptizado como um Programa de Reabilitação Económica. Quase logo a seguir ganhou-se consciência em relação à componente social do ajustamento. Então, o programa passou a chamar-se Programa de Reabilitação Económica e Social. E esta abordagem integrada tem orientado todo o trabalho do Governo até hoje. Agora os ritmos é que não são os desejáveis, por fatores de natureza externa - as crises a que já me referi - e por outros de natureza interna, estrutural, como a gestão de recursos hídricos e dos recursos energéticos

RO: Ministro, agora vamos falar de cooperação com os países de língua portuguesa, Brasil, Portugal, os demais países africanos, Timor-Leste. Como está essa cooperação? E essa é a minha última pergunta antes de passar ao meu colega Carlos Araújo.

O.B.: A cooperação no âmbito da CPLP tem sido excelente. No domínio político diplomático, a concertação é intensa. No domínio da cooperação, a dispersão geográfica dos países levanta obstáculos, mas a vontade política é tão grande que sempre se conseguem encontrar setores onde a efetividade da cooperação não depende muito da distância.

RO: A língua faz alguma diferença, ministro? O fato de termos a mesma língua, a língua portuguesa?

O.B.: Esse é o primeiro fio condutor. Depois, há a componente cultural. Temos muitos laços que nos unem. Não é por acaso que nos entendemos melhor entre nós, como CPLP, do que com o resto do mundo. Por isso, o nosso entusiasmo é grande. Ainda na Cimeira deste ano em Luanda, foi um momento de se fazer um balanço. E, embora estejamos satisfeitos com o balanço, a ambição de fazer mais e melhor está presente. Diria, portanto, que é uma cooperação positiva, multifacetada mas também com um grande potencial de crescimento.

RO: Muito obrigada. Passo ao meu colega Carlos Araújo. Senhor ministro, eu gostaria de falar da participação de Moçambique na política da África Austral. Sabemos que Moçambique tem estado muito envolvido no seio da SADEC - Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral - e também sabemos que Moçambique tem muitos migrantes que vivem na África do Sul. Há um ou dois anos, eles foram vítimas de muitos ataques de xenofobia. A situação parece mais calma, mas pode piorar a qualquer altura. O que é que Moçambique tem vindo a fazer para prevenir situações do género?



O.B.: Em primeiro lugar, no seio da SADEC há uma grande articulação entre os diferentes países, na análise de fenómenos perturbadores do clima propício para que a integração regional tenha efetivamente lugar e a xenofobia é um desses problemas. As causas estão identificadas. A insatisfação das pessoas, no caso dos sul-africanos, em relação ao fornecimento de bens e serviços, à melhoria das condições de vida. E, numa visão curta, uma visão estreita, esses sul-africanos atribuem a responsabilidade a estrangeiros, que, como em qualquer parte do mundo, fazem das tripas coração para poder sobreviver. Mas o Governo da África do Sul, que terá sido algo surpreendido pela primeira onda de xenofobia, em que houve muitas vítimas moçambicanas, perante a segunda vaga, teve um grau de resposta diferente. O Governo estava devidamente estruturado, atuando em duas frentes - mobilização e sensibilização dos sul-africanos para a nocividade dos seus actos, e outra, musculada, através da utilização das forças de defesa e segurança. Moçambique tem feito um acompanhamento a dois níveis: na interacção com os países onde as comunidades moçambicanas residem, procurando estar atento ao surgimento de focos de xenofobia e atuar em conformidade. Um outro nível que é o de estar em condições de receber moçambicanos que eventualmente tenham que regressar precipitadamente a casa como consequência dessas manifestações xenófobas. Felizmente, depois dos tristes acontecimentos de 2008, não voltámos a ter nenhuma situação em que as pessoas tivessem que regressar.

RO: Eu gostaria de falar agora sobre a participação de Moçambique em missões de paz. Sei que Moçambique participou em várias missões de paz no passado. Como é que está a situação neste momento e qual é a opinião de Moçambique em relação a uma possível participação numa força de estabilização na Guiné-Bissau, por exemplo?

O.B.: Muito bem. A posição de Moçambique em relação à participação em missões de paz mantém-se a mesma. A disponibilidade é total. Mas tem de ser missões de manutenção da paz, ou seja, situações em que a presença da paz é inequívoca. Pode carecer de consolidação, mas a paz tem de estar presente. No que diz respeito à Guiné-Bissau, é um país da CPLP, é um país PALOP, um país membro da União Africana, e a nossa disponibilidade é total. Aí não temos a menor dúvida, aliás, fizemos questão de no nosso discurso no debate geral mencionar a situação na Guiné-Bissau. E, por uma questão de coerência, estamos abertos a qualquer tipo de envolvimento que nos seja solicitado. Isso foi afirmado quer a nível da CPLP, quer a nível dos PALOP, quer a nível bilateral.

* Colaboração da Rádio ONU

Melhor cobrança fiscal e mercados de capitais mais fortes são as bases fundamentais do desenvolvimento a longo prazo dos PMA

Uma melhor cobrança fiscal e mercados de capitais mais fortes são as bases fundamentais do financiamento a longo prazo do desenvolvimento nos 49 países menos avançados do mundo, declararam, a 3 de Outubro, os participantes numa reunião ministerial organizada em conjunto pelo Governo português e o Escritório do Alto Representante para os Países Menos Avançados (PMA), Países em Desenvolvimento sem Litoral e Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento.

"Apesar dos esforços significativos para mobilizar os recursos nacionais e atrair mais capital do sector privado, continua a haver um enorme desfasamento entre a poupança e o investimento na maioria dos países menos avançados", concluíram os ministros e economistas dos PMA e dos seus parceiros para o desenvolvimento que participaram na reunião que decorreu em Lisboa.

Não obstante os esforços desenvolvidos no passado, a poupança interna dos PMA estagnou a um nível de aproximadamente 13% do seu produto interno bruto (PIB), devido ao carácter de subsistência de grande parte das economias e a taxas de pobreza extrema, em média superiores a 50%. Por conseguinte, os ministros examinaram também meios externos de melhorar os fluxos de recursos, nomeadamente através da ajuda ao desenvolvimento, investimento privado, formas inovadoras de financiamento e redução da dívida.

Cheick Sidi Diarra, Conselheiro Especial das Nações Unidas para África e Alto Representante para os PMA, os Países sem Litoral em Desenvolvimento e os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, observou que a reunião de Lisboa lançaria as bases de um plano de acção internacional a ser adoptado na quarta conferência mundial das Nações Unidas sobre os PMA, que terá lugar em Istambul, em meados de 2011.

"A existência de recursos internos é uma condição *sine qua non* do crescimento e desenvolvimento económicos auto-sustentados", disse Cheick Sidi Diarra, na sessão de abertura, a 2 de Outubro. "A mobilização dos recursos internos exige um aumento da poupança e do investimento internos e das receitas de exportação, e melhores fluxos de capitais privados, incluindo investimento directo estrangeiro".

"Para isso, os PMA e os seus parceiros para o desenvolvimento têm de adoptar uma abordagem abrangente susceptível de otimizar as sinergias entre a mobilização de recursos internos, a ajuda, o comércio, os fluxos de capitais privados e a redução da dívida".

Referindo-se às fontes externas como complemento da mobilização interna, os ministros observaram que o investimento directo estrangeiro (IDE) correspondera ao fluxo de

recursos de crescimento mais rápido para os PMA na última década, tendo a origem desses recursos deixado de ser principalmente os países desenvolvidos, tendo passado a ser os países em desenvolvimento e em transição.

Juntamente com medidas destinadas a atrair e promover uma melhor utilização desse investimento e das remessas dos emigrantes, os participantes apelaram a uma maior concessão da ajuda pública ao desenvolvimento (APD), já que apenas foi mobilizado menos de metade do aumento de APD prometido na conferência mundial anterior sobre os PMA realizada em Bruxelas, em 2000.

É fundamental que tanto os devedores como os credores dos PMA enfrentem a questão do peso actual da dívida. O serviço da dívida absorve uma grande parte de recursos orçamentais escassos que poderiam ser canalizados para áreas produtivas e sociais, e o remanescente da dívida está a prejudicar o clima de investimento interno e externo.

Apesar das reduções substanciais da dívida, o montante total do peso do serviço da dívida dos PMA ascende a 6,03 mil milhões de dólares por ano.

Novos sítios Web

United Nations Day – 24 October 2010

<http://www.un.org/en/events/unday/2010/>

United Nations Day in Brussels

<http://www.unbrussels.org/>

Statistics Resource Guide (UNOG Library)

<http://www.netvibes.com/unoglibrary-statistics#Home>

Women and peace and security: Report of the Secretary-General (S/2010/498)

English, French & Spanish: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2010/498

Women Count for Peace: The 2010 Open Days on Women, Peace and Security (UNIFEM)

http://www.unifem.org/materials/item_detail.php?ProductID=183

Early Childhood Care and Education Regional Report – Europe and North America (UNESCO)

<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001892/189211E.pdf>

Economic Diversification in Africa: A Review of Selected Countries (UN / AU / OECD)

http://www.un.org/afrika/osaa/reports/economic_diversification_africa_2010.pdf

ICAO Environmental Report 2010: Aviation and Climate Change

http://www.icao.int/icao/en/env2010/environmentreport_2010.pdf

The World's Women 2010: Trends and Statistics (DESA)

<http://unstats.un.org/unsd/demographic/products/Worldswomen/WW2010pub.htm>

Democratic Republic of the Congo: Mapping human rights violations 1993-2003

English: <http://www.ohchr.org/EN/Countries/AfricaRegion/Pages/RDCProjetMapping.aspx>

French: <http://www.ohchr.org/fr/Countries/AfricaRegion/Pages/RDCProjetMapping.aspx>

Pakistan Floods 2010 – Rapid Gender Needs Assessment of Flood-Affected Communities (UNIFEM)

http://www.unifem.org/materials/item_detail.php?ProductID=182

WIPO Lex

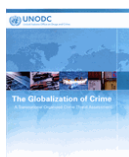
<http://www.wipo.int/wipolex/en/>

**Pode encontrar estas e muitas outras informações úteis no
Boletim da Biblioteca do UNRIC**

PUBLICAÇÕES

Handbook for Legislation on Violence against Women (PDF)

Código de Venda: 10.IV.2 P
ISBN: 9789210544832
Publicado em Outubro de 2010
Disponível em inglês

The Globalization of Crime: A Transnational Organized Crime Threat Assessment

Código de Venda: 10.IV.6
ISBN : 9789211302950
Publicado em Outubro de 2010
Disponível em inglês

A Century of International Drug Control

Código de Venda: 09.XI.18
ISBN : 9789211482454
Publicado em Outubro de 2010
Disponível em inglês

World Population Monitoring: Focusing on Health, Morbidity, Mortality and Development - A Concise Report

Código de Venda: 10.XIII.10
ISBN: 9789211514766
Publicado em Outubro de 2010
Disponível em inglês, árabe, chinês, francês, russo e espanhol

The United Nations Disarmament Yearbook 2009 (PDF)

Código de Venda: 10.IX.1 P
ISBN : 9789210544641
Publicado em Outubro de 2010
Disponível em Inglês

The Work of the International Law Commission (Two-Volume Set) (PDF)

Código de Venda: 07.V.9 P
ISBN: 9789210544610
Publicado em Outubro de 2010
Disponível em Inglês

Poderá encontrar estas e outras publicações na página da internet do Serviço de Publicações das Nações Unidas:
<https://unp.un.org/>

FAO: Ligas de Futebol europeias aderem à campanha contra a fome

146 estádios e milhões de adeptos que apoiaram a campanha “Mil milhões de pessoas com fome”. A participação da federação russa de futebol fez deste acontecimento um verdadeiro evento pan-europeu, segundo a FAO.

Os jogadores, os treinadores e os árbitros sopraram nos apitos amarelos, que simbolizam o toque de fim de jogo para a fome no mundo.

As Ligas de Futebol profissional europeias comprometeram-se, a 19 de Outubro, a apoiar a campanha “Mil milhões de pessoas com fome” (www.1billionhungry.org) lançada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

As Ligas pedem aos seus adeptos que assinem a petição que exorta os governos a atribuírem prioridade à erradicação da fome de que sofrem 925 milhões de pessoas em todo o planeta, refere, na terça-feira, a FAO, num comunicado de imprensa.

Os desafios de futebol organizados na Europa entre 22 e 24 de Outubro de 2010 envolveram 292 clubes profissionais,

A Associação das Ligas de Futebol Profissional Europeias (LFPE) reúne 29 ligas e outros membros, o que representa mais de 900 profissionais dos clubes de futebol de toda a Europa.

A iniciativa do futebol profissional para lutar contra a fome foi lançada a 15 de Outubro de 2008, pela FAO e a Associação das Ligas de Futebol Profissional Europeias.

Para mais informações: <http://www.epfl-europeanleagues.com/fao/>.

AVISO AOS LEITORES

A próxima edição do Boletim do UNRIC cobrirá os meses de Novembro e Dezembro e será publicada na segunda quinzena de Dezembro

Directora do UNRIC:

Afsané Bassir-Pour

Responsável pela publicação:

Ana Mafalda Tello

Redacção:

André Costa e Daena Neto

Concepção gráfica:

Gregory Cornwell

CALENDÁRIO

Novembro-Dezembro de 2010

Dia Internacional para a Prevenção da Exploração do Ambiente em Tempo de Guerra e de Conflito Armado
6 de Novembro

Dia Internacional da Tolerância
16 de Novembro

Dia Internacional para Eliminação da Violência contra as Mulheres
25 de Novembro

Dia Internacional de Solidariedade com o Povo Palestino
29 de Novembro

Dia Mundial de Luta Contra a SIDA
1 de Dezembro

Dia Internacional da Abolição da Escravatura
2 de Dezembro

Dia Internacional das Pessoas com Deficiência
3 de Dezembro

Dia Internacional dos Voluntários para o Desenvolvimento Económico e Social
5 de Dezembro

Dia Internacional contra a Corrupção
9 de Dezembro

Dia dos Direitos Humanos
10 de Dezembro

Dia Internacional dos Migrantes
18 de Dezembro

Dia Internacional da Solidariedade Humana
20 de Dezembro